



*A Situação
Demográfica
Recente em
Portugal*

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete de Estudos

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

No período de 2001 a 2009, Portugal cresceu a um ritmo fraco e decrescente. O crescimento resulta quase exclusivamente do saldo migratório; o saldo natural diminuto, torna-se, em média, negativo nos últimos três anos. A queda da fecundidade agrava-se, permanecendo a níveis muito inferiores aos necessários para renovar as gerações; a longevidade aumenta e os respectivos efeitos na composição etária da população marcam o processo do envelhecimento demográfico. A substancial redução do número de casamentos e o forte acréscimo tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios e da idade média ao casamento confirmam os novos modelos familiares no país.

Analisa-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas na estrutura da população e que determinaram o grau do envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

**The Demographic
Changes in Portugal**

Palavras Chave: População, fecundidade, mortalidade, esperança de vida, migrações, envelhecimento.

Abstract

Over the period 2001-2009, Portugal experienced a population growth at a weak and decreasing rate. This growth results almost exclusively of the net migration, since the natural change is very low, becoming, in average, negative in last three years. Fertility remains at levels far below those needed to renew the generations, longevity increases, and both these factors strengthen the process of demographic ageing.

The new family models in Portugal are the result of the significant fall in the number of marriages and the strong rise of the number of wedlock births, the number of divorces and the average age at marriage.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, mortality, life expectancy, migrations, ageing.

Introdução

A *Situação Demográfica Recente em Portugal* que se apresenta dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 46 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2009, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se observam alterações significativas.

O período central de análise seleccionado abrange o período compreendido entre 31 de Dezembro dos anos 2001 e 2009 de modo a avaliar as mudanças demográficas verificadas em Portugal, no início século XXI. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, que a análise das variáveis se estenda por um horizonte temporal mais vasto.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000, as estimativas provisórias póscensitárias para os anos de 2001-2009 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade, as Projeções de População Residente 2008-2060, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no INE, I. P. A análise desenvolve-se, sobretudo, tendo como referência a geografia existente à data da realização dos Censos 2001 (NUTS II - Decreto Lei nº46/89) evidenciando-se, quando necessário, os valores reportados à geografia de 2002 (NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002). Os indicadores calculados com base nas duas geografias disponibilizam-se nos Quadros Anexos.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos primeiros nove anos do século XXI caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural¹, que se tornou negativo nos últimos anos, provocada, sobretudo, pela queda dos nascimentos com vida, como do saldo migratório positivo, com tendência para regredir apesar da inversão de sentido estimada em 2009, e pelo progressivo agravamento do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades, resultante da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população, respectivamente.

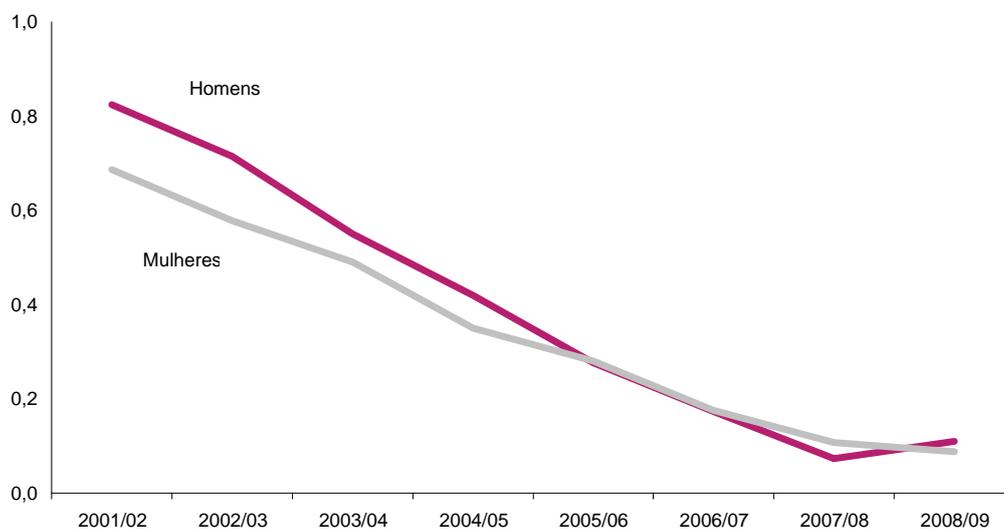
Entre 31 de Dezembro de 2001 e o final de 2009 estima-se que a população residente em Portugal tenha crescido cerca de 308 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa média anual fraca (0,32%). O ritmo foi ligeiramente mais acentuado nos homens (0,34%), do que nas mulheres (0,30%) verificando-se a maior diferença no período mais intenso de entrada de imigrantes (2001-2003). O acréscimo populacional registado reparte-se entre 8,7% para o saldo natural e 91,3% para o saldo migratório.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o ritmo de crescimento mais forte da população residente em Portugal, nos primeiros anos do século XXI, na linha do ocorrido no final do século passado, e o abrandar nos últimos três anos do período observado, bem como o sentido de mudança observado para homens e mulheres.

¹ Os dados vivos e óbitos utilizados na presente análise reportam-se aos valores facultados pelas Conservatórias do Registo Civil até Maio de 2010.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%), por sexo, Portugal 2001- 2009



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (cálculo das autoras)

No período analisado o saldo natural foi sempre inferior a 10 000, atingindo o valor máximo em 2002 (cerca de 8 mil indivíduos) registando mesmo, nos últimos três anos, um valor médio anual negativo próximo de 1,9 mil indivíduos, consequência de os nascimentos com vida serem inferiores ao número de óbitos ocorridos. Por outro lado, o saldo migratório, manteve-se positivo mas, em 2009, perdeu o ritmo de desaceleração que o caracterizava, ocorrendo mesmo uma subida que quase duplicou o seu quantitativo face ao ano anterior, embora com nível inferior aos restantes anos.

Os diferentes andamentos das variáveis demográficas registados nos nove primeiros anos do corrente século, apesar de o período de análise ser curto, permitem identificar três fases na dinâmica da população residente em Portugal:

A *primeira fase* corresponde ao período 2001-2003 e combina saldos naturais fracos com saldos migratórios positivos fortes, tendencialmente decrescentes que determinam, uma taxa média de crescimento da população moderada de 0,70% ao ano, mais elevada nos homens (0,77%) do que nas mulheres (0,63%) como resultado das correntes imigratórias predominantemente masculinas. Esta fase conjuga os saldos naturais e os saldos migratórios mais fortes dando continuidade à evolução dos últimos anos do século XX.

A *segunda fase* coincide com o período 2004-2006 durante a qual a taxa média anual de crescimento é fraca e se reduz a metade (0,33%), comparativamente à anterior, não se observando uma diferença no ritmo de crescimento nos homens (0,35%) tão distante do das mulheres (0,31%). Para esta evolução contribuíram tanto o decréscimo do saldo natural como do saldo migratório, o qual acelera o seu ritmo de baixa. É em 2005 que se regista o saldo natural positivo mais fraco de todo o período.

A *terceira fase* abrange o período de 2007-2009 e distingue-se por um saldo natural negativo acumulado de 5 651 indivíduos, traduzido em uma média anual negativa de 1 883 indivíduos. Paralelamente, o saldo migratório assume, o seu valor mais baixo do período em análise (9 361 indivíduos), em 2008, nível do qual vem a recuperar em 2009 ao subir para 15 408 indivíduos². É neste contexto que a taxa média anual de crescimento da população se torna praticamente nula (0,10%) e próxima para homens (0,09%) e para mulheres (0,10%), correspondendo a um terço da variação média anual observada na fase anterior.

² Valor estimado pelo INE, I.P. com base no Inquérito ao Emprego de 2009 (IE) e no Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS), adoptado no cálculo das Estimativas Provisórias de População Residente para 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009, a população residente em Portugal foi estimada em 10 637,7 milhares de indivíduos, dos quais 5 148,2 homens e 5 489,5 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 10,5 milhares de indivíduos, ou seja 0,10%, prosseguindo a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo é praticamente idêntico nos homens e nas mulheres.

Quadro 1

| Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001- 2009 | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Indicadores | Anos | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| População Residente Média (milhares) | 10 293,0 | 10 368,4 | 10 441,1 | 10 502,0 | 10 549,4 | 10 584,3 | 10 608,3 | 10 622,4 | 10 632,5 |
| População Residente em 31.XII (milhares) | 10 329,3 | 10 407,5 | 10 474,7 | 10 529,3 | 10 569,6 | 10 599,1 | 10 617,6 | 10 627,3 | 10 637,7 |
| <i>Homens</i> | 4 988,9 | 5 030,2 | 5 066,3 | 5 094,3 | 5 115,7 | 5 129,9 | 5 138,8 | 5 142,6 | 5 148,2 |
| <i>Mulheres</i> | 5 340,4 | 5 377,2 | 5 408,4 | 5 434,9 | 5 453,9 | 5 469,2 | 5 478,8 | 5 484,7 | 5 489,5 |
| Relação de Masculinidade (%) | 93,4 | 93,5 | 93,7 | 93,7 | 93,8 | 93,8 | 93,8 | 93,8 | 93,8 |
| Saldo Natural | 7 682 | 8 125 | 3 720 | 7 330 | 1 937 | 3 408 | -1 020 | 314 | -4 945 |
| Saldo Migratório | 65 000 | 70 000 | 63 500 | 47 240 | 38 400 | 26 100 | 19 500 | 9 361 | 15 408 |
| Variação Populacional | 72 682 | 78 125 | 67 220 | 54 570 | 40 337 | 29 508 | 18 480 | 9 675 | 10 463 |
| Taxa de Crescimento Natural (%) | 0,07 | 0,08 | 0,04 | 0,07 | 0,02 | 0,03 | -0,01 | 0,00 | -0,05 |
| Taxa de Crescimento Migratório (%) | 0,63 | 0,68 | 0,61 | 0,45 | 0,36 | 0,25 | 0,18 | 0,09 | 0,14 |
| Taxa de Crescimento Efectivo (%) | 0,71 | 0,75 | 0,64 | 0,52 | 0,38 | 0,28 | 0,17 | 0,09 | 0,10 |

Fonte: INE, I.P. Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os respectivos erros de cobertura.

O fraco crescimento da população deve-se, exclusivamente, ao saldo migratório positivo (0,14%), dado que o saldo natural foi negativo (-0,05%).

O número de nados vivos (-4,9%) e o de óbitos (0,1%), registam evoluções de sentido contrário face, a 2008. A variação dos nados vivos ao longo do período analisado insere-se nas oscilações normais anuais que o acontecimento observa, quer no sentido positivo quer negativo, surgindo o ano de 2009 como uma excepção ao registar uma quebra de 5%. O mesmo não ocorre com os óbitos que revelam flutuações anuais superiores a 5%, de 2004 a 2006, muito próximas neste último ano às de 2005 mas de sentido contrário, as quais se reduzem substancialmente de 1,5% em 2007 para 0,1% em 2009.

Estima-se que em 2009, o saldo migratório tenha subido para 15 408 indivíduos (32 307 entradas e 16 899 saídas, contra 29 718 entradas e 20 357 saídas em 2008 e 46 300 entradas e 26 800 saídas em 2007), valor superior ao quantificado para o ano anterior, como consequência do efeito conjugado do aumento do fluxo de entradas e da baixa dos movimentos de saída, face a 2008.

Portugal revela uma evolução no mesmo sentido, mas com um ritmo bastante inferior ao da média estimada pelo Eurostat³ (UE27=0,31% em 2008). O Luxemburgo detém a taxa de crescimento mais alta (1,75%), seguida da Eslovénia (1,06%) e da Suécia (0,98%) enquanto que a Lituânia (-0,62%), a Bulgária (-0,39%), e a Letónia (-0,55%), registam as variações negativas mais acentuadas, apesar de menos fortes do que no ano anterior. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, pois o documento do Eurostat apresenta as primeiras estimativas para 2009 assentes em previsões de curto prazo.

Tendo como referência a geografia definida pelo Decreto-lei nº46/89,⁴ Norte (35,2%) e Lisboa e Vale do Tejo (34,6%), são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2009, nas NUTS Norte e Centro (52,0%), embora durante o período analisado se tenha verificado uma perda de 0,6 p.p. Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração em três regiões sobe para 86,6%, ou seja reforçam o peso na população do país em apenas 1 ponto percentual relativamente a 2001.

³ Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 47/2009 - First demographic estimates for 2009.

⁴ Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão de habitantes embora tenham crescido segundo uma taxa média anual de 0,81% entre 2001 e 2009. Pertence ao Algarve (1,31%) o acréscimo mais forte do período, mais do que triplicando a média do país. Ao contrário, o Alentejo permanece como a região que perde mais população (-0,79%).

Os ritmos de variação da população regional diferem como consequência dos respectivos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as reconhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.⁵ Ao Algarve pertence, em 2009, à semelhança dos anos anteriores, a taxa de crescimento efectivo mais elevada (0,91%) para o qual contribuem, essencialmente fluxos migratórios de entrada, pois o saldo natural, positivo desde 2004, observa valores fracos (0,02% em 2009).

Apesar do ritmo ter abrandado bastante durante o período em análise estima-se que o Algarve continue a deter a taxa migratória mais forte do país (0,89% em 2009, contra 2,05% em 2001) observando mesmo um ligeiro incremento situação, aliás, transversal a todas as outras regiões. A única taxa migratória negativa, embora a tender para nula, pertence ao Norte (-0,02% em 2009).

A Região Autónoma dos Açores conjuga a taxa de crescimento natural mais elevada (0,14% em 2009) com uma taxa de crescimento migratório positiva, embora fraca, condição que lhe atribui o segundo maior crescimento (0,24% em 2009). No caso do Alentejo, e para o mesmo ano, a taxa de crescimento natural positiva (1,00%) observada pela primeira vez nos últimos nove anos, atenua o efeito a taxa migratória (-0,13%) mas não evita a variação negativa da população mais acentuada (-0,79%) registada, no país, a nível de NUTS II. No Norte, a baixa gradual dos saldos naturais ainda compensou a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século, não influenciando, contudo, a variação populacional que foi muito pouco expressiva.

Ao Centro continua a pertencer a taxa de crescimento natural mais elevada (-0,35%, em 2009) agravando, ao longo do período, ritmo de declínio (-2,00% em 2001). Paralelamente, a Região Autónoma da Madeira regista, pela primeira vez, um decréscimo na taxa de saldo natural (-0,11% em 2009 face a 0,20% em 2001).

Se a análise se basear na geografia de 2002, o Alentejo evidencia um comportamento diferente ao reforçar a tendência negativa na taxa de crescimento natural (-0,55% em 2009 face a -0,47% em 2001).

A dinâmica populacional descrita traduz-se em taxas médias anuais positivas, destacando-se Lisboa e Vale do Tejo com a mais acentuada (0,63%), quase dupla da média do país (0,37%) e o Alentejo a assumir a única taxa negativa (-0,50%). Utilizando a geografia de 2002 a hierarquização mantém-se, mas o Alentejo perde, em média, praticamente menos metade da população no período (-0,22%).

A análise a um nível geográfico mais fino mostra que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2009, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal desceu para 99 491 isto é, menos 5 103 nascimentos face ao ano anterior e menos 13 283, ou seja menos 11,8%, comparativamente ao início do período analisado. A baixa é mais marcante nos anos compreendidos entre 2005-2009 e tripla (9,1%) da ocorrida entre 2001 e 2004. Esta evolução é mais significativa nos homens do que nas mulheres e está bem expressa no nível da relação de masculinidade que passou de 107 nascimentos com vida de rapazes por cada 100 nascimentos com vida de raparigas, em 2001, para 105 em 2009.

⁵ Sobre esta temática consultar INE, I. P. (2010) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2009, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Junho 2010.

Quadro 2

| Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade, Portugal, 2001- 2009 | | | | | | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|
| Indicadores | Anos | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Nados vivos | 112 774 | 114 383 | 112 515 | 109 298 | 109 399 | 105 449 | 102 492 | 104 594 | 99 491 |
| <i>Homens</i> | 58 365 | 59 303 | 58 210 | 56 212 | 56 612 | 54 057 | 52 683 | 53 976 | 50 873 |
| <i>Mulheres</i> | 54 409 | 55 080 | 54 305 | 53 086 | 52 787 | 51 392 | 49 809 | 50 618 | 48 618 |
| Relação de masculinidade à nascença (%) | 107,3 | 107,7 | 107,2 | 105,9 | 107,2 | 105,2 | 105,8 | 106,6 | 104,6 |
| Nados vivos fora do casamento | 26 814 | 29 117 | 30 236 | 31 766 | 33 633 | 33 331 | 34 443 | 37 854 | 37 928 |
| Nados Vivos fora do casamento (%) | 23,8 | 25,5 | 26,9 | 29,1 | 30,7 | 31,6 | 33,6 | 36,2 | 38,1 |
| Nados Vivos fora do casamento com coabitação | 20 062 | 23 308 | 24 219 | 25 408 | 27 093 | 26 679 | 27 685 | 30 521 | 30 088 |
| Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%) | 74,8 | 80,0 | 80,1 | 80,0 | 80,6 | 80,0 | 80,4 | 80,6 | 79,3 |
| Nados Vivos fora do casamento sem coabitação | 6 752 | 5 809 | 6 017 | 6 358 | 6 540 | 6 652 | 6 758 | 7 333 | 7 840 |
| Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%) | 25,2 | 20,0 | 19,9 | 20,0 | 19,4 | 20,0 | 19,6 | 19,4 | 20,7 |
| Taxa Bruta de Natalidade (‰) | 11,0 | 11,0 | 10,8 | 10,4 | 10,4 | 10,0 | 9,7 | 9,8 | 9,4 |
| Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher) | 1,46 | 1,47 | 1,44 | 1,40 | 1,41 | 1,36 | 1,33 | 1,37 | 1,32 |
| Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos) | 26,8 | 27,0 | 27,4 | 27,5 | 27,8 | 28,1 | 28,2 | 28,4 | 28,6 |
| Idade média ao nascimento de um filho (anos) | 28,8 | 29,0 | 29,2 | 29,4 | 29,6 | 29,9 | 30,0 | 30,2 | 30,3 |
| Taxa de Reprodução Bruta | 0,712 | 0,719 | 0,705 | 0,685 | 0,687 | 0,664 | 0,651 | 0,671 | 0,646 |
| Taxa de Reprodução Líquida | 0,697 | 0,704 | 0,695 | 0,676 | 0,680 | 0,658 | 0,645 | 0,664 | 0,640 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2009

A taxa bruta de natalidade, após um período estável nos primeiros três anos do corrente século próximo dos 11 nascimentos com vida por mil habitantes, fixou-se em 9,4‰ em 2009, nível bem inferior ao estimado pelo Eurostat⁶ para o conjunto dos países membros (UE27 = 10,8‰). De acordo com os primeiros valores provisórios para 2009, divulgados por aquele organismo, o indicador varia entre os 8 e os 17‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (16,8‰), seguido da França (12,9‰), do Reino Unido (12,7‰), da Espanha (12,3‰) e da Suécia (12,2‰). O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 7,9 nados vivos por mil habitantes acompanhado, embora a uma certa distância, da Áustria e da Itália com 9,2‰. A taxa bruta de natalidade em Portugal segue, assim, a evolução contrária observada nos últimos anos em alguns países com níveis de natalidade fracos no passado recente. Se o valor registado pela Irlanda e para a Alemanha são expectáveis, pois o primeiro país só muito recentemente deixou de assegurar as gerações e o segundo há muito que apresenta níveis inferiores aos de substituição, o mesmo não acontece com a França, a Suécia e mesmo a Espanha, que chegaram a deter taxas muito fracas, recuperaram e ocupam, actualmente, os primeiros lugares no valor do indicador. Por outro lado, é de salientar que muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve ter-se presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto, limitando a sua comparabilidade.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência em Portugal duplicaram a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 2001 e 2009, ano a que ascenderam a 10,4% do total. Para este acréscimo contribuíram bastante as mães de nacionalidade brasileira, a qual se tornou, desde 2006, a mais representativa (3,8% em 2009), assumindo o lugar das mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALPs), que continuam a perder importância relativa descendo de 5,1% para 2,4% ao longo do período.

De ressaltar ainda a tendência sempre crescente dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Ucrânia, Roménia e da Moldávia que em conjunto, passaram de 4,5% em 2001 para 17,7% em 2009 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal.

A variável *nacionalidade* da mãe passou a ser inquirida pelo INE em 1995 mas o período, embora curto, permite concluir que o ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca definitivamente a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2009 é, explicada exclusivamente pela diminuição dos nascimentos de mães portuguesas, que representaram menos 16,6% e como tal pela baixa da fecundidade.

⁶ Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 47/2009 - First demographic estimates for 2009.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001-2009

| Continent e / País de Nacionalidade | 2001 | | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| | nº | % | nº | % |
| Total de Nados Vivos | 112 774 | 100,00 | 109 399 | 100,00 | 105 449 | 100,00 | 102 492 | 100,00 | 104 594 | 100,00 | 99 491 | 100,00 |
| Europa | 107 927 | 95,70 | 102 893 | 94,05 | 98 560 | 93,47 | 95 304 | 92,99 | 97 012 | 92,75 | 91 829 | 92,30 |
| Portugal | 106 869 | 94,76 | 100 304 | 91,69 | 95 903 | 90,95 | 92 603 | 90,35 | 94 351 | 90,21 | 89 133 | 89,59 |
| Alemanha | 101 | 0,09 | 95 | 0,09 | 95 | 0,09 | 73 | 0,07 | 79 | 0,08 | 78 | 0,08 |
| Bélgica | 14 | 0,01 | 20 | 0,02 | 22 | 0,02 | 13 | 0,01 | 22 | 0,02 | 26 | 0,03 |
| Espanha | 99 | 0,09 | 157 | 0,14 | 148 | 0,14 | 151 | 0,15 | 118 | 0,11 | 123 | 0,12 |
| França | 280 | 0,25 | 282 | 0,26 | 200 | 0,19 | 86 | 0,08 | 87 | 0,08 | 82 | 0,08 |
| Itália | 24 | 0,02 | 36 | 0,03 | 31 | 0,03 | 34 | 0,03 | 37 | 0,04 | 48 | 0,05 |
| Países Baixos | 44 | 0,04 | 28 | 0,03 | 42 | 0,04 | 31 | 0,03 | 35 | 0,03 | 43 | 0,04 |
| Reino Unido | 95 | 0,08 | 119 | 0,11 | 127 | 0,12 | 128 | 0,12 | 137 | 0,13 | 121 | 0,12 |
| Moldavia | 63 | 0,06 | 300 | 0,27 | 327 | 0,31 | 399 | 0,39 | 395 | 0,38 | 398 | 0,40 |
| Roménia | 83 | 0,07 | 566 | 0,52 | 650 | 0,62 | 697 | 0,68 | 701 | 0,67 | 721 | 0,72 |
| Ucrânia | 120 | 0,11 | 657 | 0,60 | 674 | 0,64 | 710 | 0,69 | 696 | 0,67 | 710 | 0,71 |
| Rússia | 46 | 0,04 | 129 | 0,12 | 110 | 0,10 | 127 | 0,12 | 138 | 0,13 | 96 | 0,10 |
| Outros países Europa | 89 | 0,08 | 200 | 0,18 | 231 | 0,22 | 252 | 0,25 | 216 | 0,21 | 250 | 0,25 |
| África | 3 649 | 3,24 | 3 352 | 3,06 | 3 157 | 2,99 | 3 037 | 2,96 | 3 000 | 2,87 | 2 968 | 2,98 |
| Angola | 1 396 | 1,24 | 1 206 | 1,10 | 953 | 0,90 | 882 | 0,86 | 741 | 0,71 | 759 | 0,76 |
| Cabo Verde | 1 136 | 1,01 | 1 076 | 0,98 | 1 117 | 1,06 | 1 044 | 1,02 | 1 097 | 1,05 | 1 047 | 1,05 |
| Guiné Bissau | 495 | 0,44 | 478 | 0,44 | 278 | 0,26 | 201 | 0,20 | 267 | 0,26 | 140 | 0,14 |
| Moçambique | 218 | 0,19 | 141 | 0,13 | 111 | 0,11 | 90 | 0,09 | 70 | 0,07 | 69 | 0,07 |
| S.Tomé e Príncipe | 278 | 0,25 | 285 | 0,26 | 302 | 0,29 | 317 | 0,31 | 323 | 0,31 | 324 | 0,33 |
| <i>Total dos PALP</i> | <i>3 523</i> | <i>3,12</i> | <i>3 186</i> | <i>2,91</i> | <i>2 761</i> | <i>2,62</i> | <i>2 534</i> | <i>2,47</i> | <i>2 498</i> | <i>2,39</i> | <i>2 339</i> | <i>2,35</i> |
| Outros Países África | 126 | 0,11 | 166 | 0,15 | 396 | 0,38 | 503 | 0,49 | 502 | 0,48 | 629 | 0,63 |
| América | 920 | 0,82 | 2 599 | 2,38 | 3 166 | 3,00 | 3 546 | 3,46 | 3 930 | 3,76 | 3 971 | 3,99 |
| Brasil | 711 | 0,63 | 2 362 | 2,16 | 2 958 | 2,81 | 3 355 | 3,27 | 3 767 | 3,60 | 3 786 | 3,81 |
| Outros Países América | 209 | 0,19 | 237 | 0,22 | 208 | 0,20 | 191 | 0,19 | 163 | 0,16 | 185 | 0,19 |
| Ásia e Oceânia | 272 | 0,24 | 550 | 0,50 | 562 | 0,53 | 603 | 0,59 | 647 | 0,62 | 715 | 0,72 |
| China | 160 | 0,14 | 357 | 0,33 | 330 | 0,31 | 336 | 0,33 | 362 | 0,35 | 409 | 0,41 |
| Outros Países Ásia e Oceania | 112 | 0,10 | 193 | 0,18 | 232 | 0,22 | 267 | 0,26 | 285 | 0,27 | 306 | 0,31 |
| Apátridas e Desconhecida | 16 | 0,01 | 10 | 0,01 | 16 | 0,02 | 11 | 0,01 | 16 | 0,02 | 8 | 0,01 |
| Total de nados vivos de mães estrangeiras | 5 889 | 5,24 | 9 085 | 8,30 | 9 530 | 9,04 | 9 878 | 9,64 | 10 227 | 9,78 | 10 350 | 10,40 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2009, cálculo das autoras

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2004 está disponível no anterior artigo "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009, elaborado pelas mesmas autoras.

Em Portugal é na Regiões Autónoma dos Açores (11,4‰) e no Algarve (11,1‰) que o indicador regista, em 2009, os valores mais elevados. Em oposição, pertencem ao Alentejo (8,0‰) e ao Centro (7,8‰) as taxas mais baixas no caso das NUTS antigas. Se considerarmos as NUTS Novas de 2002,⁷ o Centro (7,9‰), e o Alentejo (8,3‰), continuam a deter as taxas mais baixas de natalidade do país embora se verifiquem subidas ligeiras, provavelmente como reflexo da inclusão novas sub-regiões, no primeiro Lezíria do Tejo e no Centro de mais sub-regiões: o Oeste e o Médio Tejo. A região de Lisboa também cresce 6 pontos percentuais de acordo com a geografia mais recente.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Estima-se que desde 1982 que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao necessário para substituir de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu mais tarde do que em alguns países europeus, mas não alcançou, até ao momento, níveis tão fracos como os observados em Itália.

O envelhecimento da fecundidade em Portugal continua a ser outra das suas características com a maior frequência a mudar-se do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 2001, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 56,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2009, situava-se em 43,8‰; enquanto o grupo etário dos 30-34 anos reforçou a posição aumentando de 80,9‰ para 82,5‰. Os acréscimos do indicador nestas duas faixas etárias podem ser explicados pela diminuição dos correspondentes efectivos populacionais. Actualmente, o nível da taxa de fecundidade dos 35-39 anos está muito próximo do observado para os 20-24 anos. Se 2007 parece ser um ano atípico na evolução do adiar da fecundidade depois dos trinta anos, 2009 indicia a retoma de tendência verificada em anos anteriores. De realçar que a taxa no grupo dos 40-44 anos passou de 6,6‰ para 8,0‰ no período em estudo. Desde 2005, que a taxa de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos assumiu a maior frequência, ultrapassando a do escalão etário anterior. De notar que a fecundidade recuou em todos os grupos etários.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante, com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. No período estudado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. A taxa de fecundidade de segunda ordem não cessa de aumentar depois dos 35 anos, reforçando o seu contributo para o padrão da fecundidade nos últimos anos (20,0‰, nos 35-39 anos, em 2009, face a 15,5‰ em 2001).

⁷ As três regiões que diferem na composição conforme se adopte uma ou outra geografia são o Alentejo e o Centro, que mantêm a designação, e Lisboa e Vale do Tejo, que altera para Lisboa na geografia de 2002.

Quadro 4

| Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 2001- 2009 | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Idades | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Geral | | | | | | | | | |
| 20-24 | 56,7 | 54,6 | 51,2 | 48,2 | 47,6 | 45,5 | 44,1 | 45,9 | 43,8 |
| 25-29 | 92,7 | 93,1 | 89,7 | 85,3 | 84,3 | 79,6 | 76,1 | 76,7 | 72,7 |
| 30-34 | 80,9 | 83,4 | 84,6 | 83,6 | 85,3 | 83,8 | 82,8 | 85,8 | 82,5 |
| 35-39 | 33,8 | 35,1 | 35,7 | 36,1 | 37,6 | 38,4 | 39,4 | 42,0 | 41,6 |
| 40-44 | 6,6 | 6,8 | 7,1 | 7,3 | 7,4 | 7,7 | 7,4 | 7,8 | 8,0 |
| 1ª ordem | | | | | | | | | |
| 20-24 | 41,9 | 40,9 | 37,7 | 35,5 | 34,8 | 33,3 | 32,0 | 33,0 | 31,9 |
| 25-29 | 56,0 | 58,0 | 56,4 | 53,3 | 53,2 | 50,8 | 48,6 | 48,4 | 46,9 |
| 30-34 | 30,1 | 33,1 | 35,5 | 35,3 | 37,2 | 37,5 | 37,6 | 39,4 | 38,8 |
| 35-39 | 8,0 | 8,7 | 9,3 | 9,2 | 9,9 | 10,6 | 11,0 | 12,0 | 12,8 |
| 40-44 | 1,5 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,9 | 2,2 |
| 2ª ordem | | | | | | | | | |
| 20-24 | 12,0 | 11,3 | 10,9 | 10,3 | 10,5 | 10,0 | 9,8 | 10,3 | 9,7 |
| 25-29 | 29,4 | 28,0 | 26,6 | 25,3 | 24,6 | 23,0 | 21,8 | 21,7 | 20,1 |
| 30-34 | 38,3 | 38,2 | 37,7 | 37,2 | 37,8 | 36,4 | 35,6 | 36,2 | 34,7 |
| 35-39 | 15,5 | 16,0 | 16,2 | 16,5 | 17,5 | 18,2 | 18,9 | 20,2 | 20,0 |
| 40-44 | 2,1 | 2,3 | 2,2 | 2,4 | 2,5 | 2,6 | 2,7 | 2,8 | 3,1 |

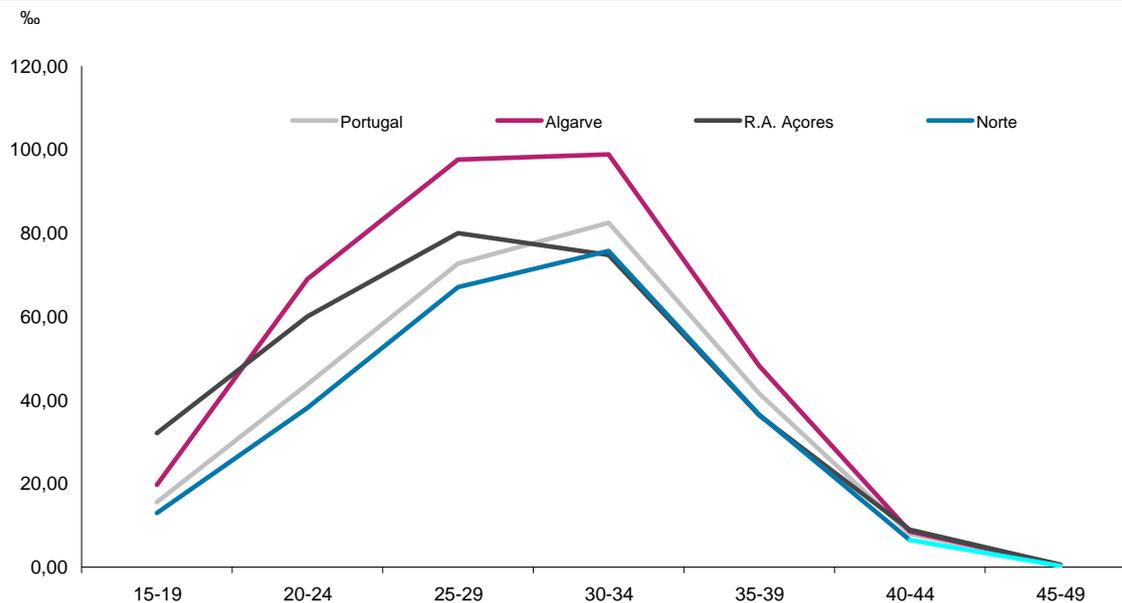
Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2009

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes atingindo, em 2009, o valor médio de 32,1 nados vivos por cada 1000 mulheres dos 15-19 anos, contra 33,8‰ em 2001, mas com um acréscimo face a 2008 (29,3%). As taxas mais baixas permanecem no Centro (11,6‰ em 2009, 11,1‰ em 2008 e 17,2 ‰ em 2001) e no Norte (12,9‰, 12,9‰ e 18,6‰, respectivamente em 2009, 2008 e 2001). Lisboa e Vale do Tejo recuou na taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (22,7‰ em 2001 para 20,0‰ em 2008 e 18,0‰ em 2009), valor ainda bem superior à média nacional. Ao Algarve pertence, em 2009, a maior frequência de nascimentos com vida nas camadas etárias entre os 20-24 anos (69,0‰), posição que reforçou face ao ano anterior (65,9‰) e trocou ao longo do período (61,0‰), com os Açores (78,86‰ em 2001, contra 60,1‰ em 2009). Esta situação que reflecte, por um lado o desfasamento temporal do calendário desta região autónoma em relação às outras regiões e por outro lado, o novo comportamento perante a fecundidade que as mulheres residentes no Algarve assumiram.

A heterogeneidade dos níveis de fecundidade e os diferentes ritmos de evolução do fenómeno da fecundidade das regiões portuguesas está bem retratado no comportamento do fenómeno nas regiões do Centro, do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

Figura 2

Diversidade regional nas Taxas de Fecundidade por idades, 2009

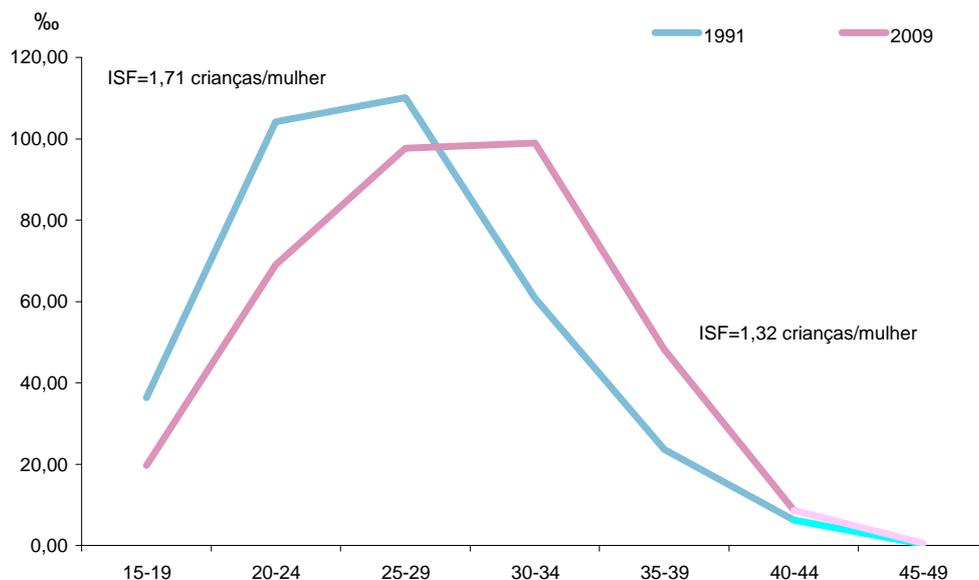


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2009 (elaboração das autoras)

Em 2009, apenas a região do Algarve detém taxas superiores a 98 nados por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos. No entanto, o padrão de fecundidade alterou-se fortemente entre 1991 e 2009, com os níveis mais elevados a deslocarem-se para as idades mais avançadas.

Figura 3

Padrão das Taxas de Fecundidade por idades na NUTS II Algarve, 1991 e 2009



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Definitivas de População Residente 1991 e Provisórias 2008 (elaboração das autoras)

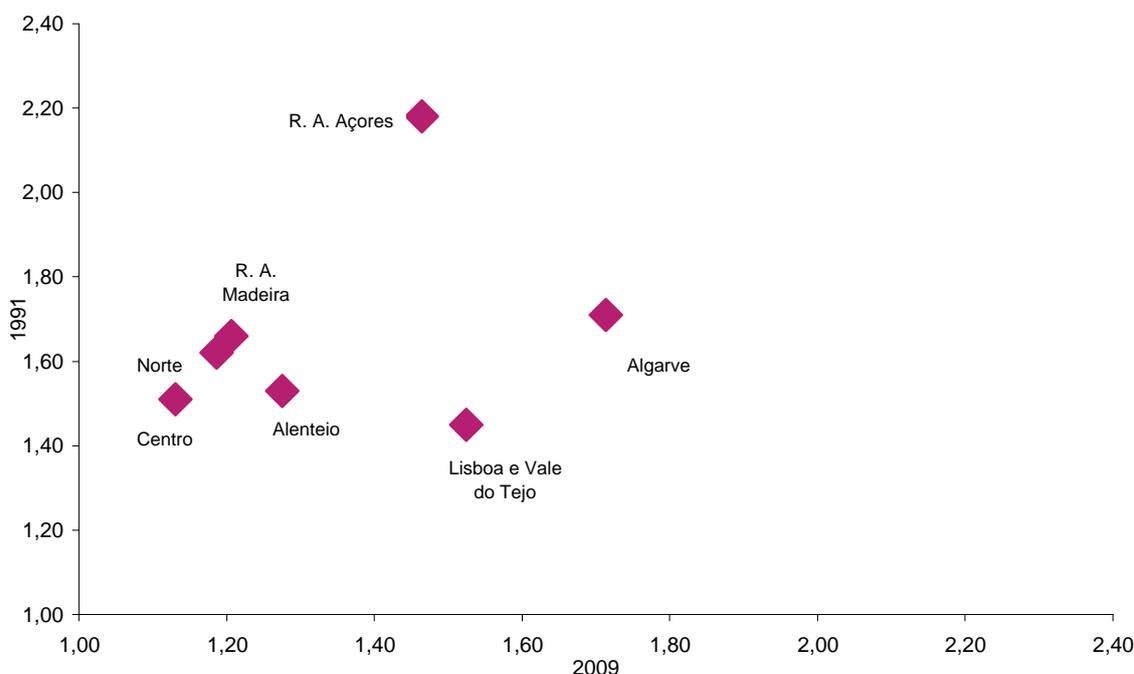
O índice sintético de fecundidade (ISF) tem descido, embora não continuamente, para atingir o nível de 1,32 crianças por mulher em 2009 (1,37 em 2008, 1,33 em 2007 e 1,46 em 2001).

O indicador é inferior ao estimado para a EU referente a 2007⁸ (EU 27=1,5 crianças por mulher). De referir o contributo favorável para o espaço comunitário, em 2008, ano para o qual a informação não está completa⁹ em particular a França (1,92) que passou a deter o primeiro lugar, a Irlanda (1,88), o Reino Unido, a Finlândia e a Suécia, ambos com 1,80 e 1,77 crianças por mulher, e os mais baixos na Eslovénia 1,22 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Polónia e na República Checa (1,22). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

Em 2009, O Centro é a região que apresenta o mais baixo índice sintético de fecundidade com 1,13 crianças por mulher, seguida do Norte 1,19 crianças por mulher. O indicador mantém os valores mais elevados no Algarve com 1,71 crianças por mulher. Lisboa e Vale do Tejo está posicionada em segundo lugar com o nível 1,52, enquanto Lisboa ascende a 1,61 se se considerar a geografia de 2002. A Região Autónoma dos Açores situa-se a nível intermédio, com 1,46 crianças por mulher, mantendo a tendência em baixa. Esta última permaneceu como a região de fecundidade mais elevada durante a última década do século XX, estimando-se que só em 1994, o valor do índice se tenha tornado inferior ao nível de substituição das gerações, isto é, doze anos mais tarde do que o ocorrido no país. É, no entanto, a região em que a fecundidade mais recuou entre 1991-2009 (32,8%), confirmando que o comportamento do fenómeno é semelhante nas diversas regiões embora desfasado no tempo e que quanto mais tarde se inicia o recuo maior é o ritmo a que o mesmo se processa. O Norte, em 1991, com um índice sintético de fecundidade igual a 1,62 crianças por mulher, nível também superior ao da média nacional, reduziu o nível em 26,73%, entre aquele ano e 2009, registando uma intensidade de decréscimo mais forte, no período de 2001-2009 (16%) Lisboa e Vale do Tejo (5,2%) é a única região que observa um aumento do indicador no período de 1991 a 2009. Curiosamente, o Algarve apresenta o mesmo nível de fecundidade para aqueles dois anos (1,71 crianças por mulher) mas durante os primeiros nove anos do corrente século acelera o ritmo de variação emergindo como a única região do país em que o índice sintético de fecundidade cresceu (12,7%). A Madeira observa a maior perda no período (-27,3%), o que a coloca com um nível inferior ao do país.

Figura 4

Índice Sintético de Fecundidade (nº crianças por mulher) NUTS II, 1991 e 2009



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2009 (elaboração das autoras)

8 Eurostat (2009) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009

9 Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social Conditions, 31/2009, valores provisórios.

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. Em 1981, a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que prevalece no início do século XXI para se fixar em 0,6 filhas em 2009. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte cinco anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Nos primeiros nove anos do presente século as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 1,8 anos e tiveram, em 2009, o primeiro filho com a idade de 28,6 anos em média. Essa idade eleva-se a 30,3 anos caso se considerem todos as ordens de nascimento.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, ocorrendo a idade média ao nascimento do primeiro filho 26,1 anos, e é nas Regiões do Centro (28,9 anos) e de Lisboa e Vale do Tejo (28,9 anos) que o são mais tarde.

Da análise do Quadro das idades médias ao 1º nascimento e ao nascimento de um filho por NUTS de 1989 e por NUTS de 2002, constata-se que na Região de Lisboa as mulheres têm o primeiro filho, em média 0,1 anos mais tarde do que em Lisboa e Vale do Tejo. Nas outras duas regiões que diferem na sua constituição, conforme se adopte uma ou outra geografia; Alentejo e Centro, acontece o inverso e as mulheres têm o primeiro filho 0,2 e 0,1 anos mais cedo, respectivamente. O mesmo comportamento se observa para o nascimento de um filho.

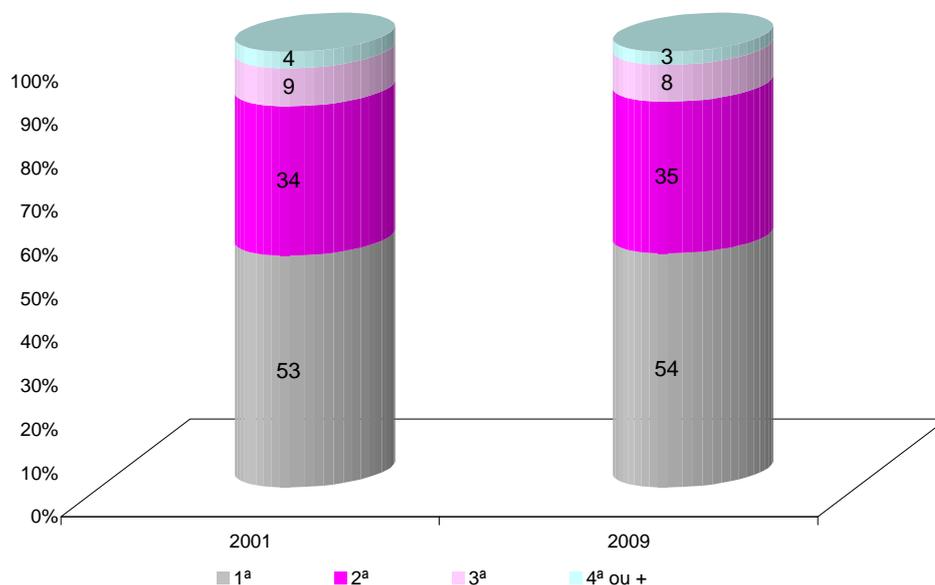
Actualmente, em Portugal, praticamente 4 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo da proporção dos nados vivos fora do casamento no total dos nascimentos com vida de 23,8% em 2001 para 38,1% em 2009 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que o indicador se aproximasse do observado na UE (33,0% em 2008). Dentro dos países com informação disponível para 2008 a Grécia ocupa a posição mais fraca (6,5%), seguida do Chipre e a Suécia confirma a mais elevada (55,7%). Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta do fenómeno.

Em Portugal, o aumento dos nascimentos fora do casamento, traduzido através de uma taxa de variação de 41,2% no período em análise, associado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a subida da importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais, 79,3% em 2009, que corresponde a um incremento de 4,5 p.p. face a 1991, confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento observam, assim, uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (49,9%) e de Lisboa e Vale do Tejo (43,9%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; ao contrário, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (26,3%) e na Região Autónoma dos Açores (26,4%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é superior.

Figura 5

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2001 e 2009



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, 2001 e 2009

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,6% em 2009, o mesmo valor registado no ano anterior e menos 0,1 p.p. do que em 2001. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações, Nota-se, contudo uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise subindo o seu peso no total dos nascimentos com vida de 34,2% em 2001 para 34,9% em 2009. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,4% no último ano analisado. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos próximos dos 3% (2,9 % em 2008, contra 3,8% em 2001). A evolução da ordem dos nados vivos reflecte, assim, o andamento da curva de fecundidade nos últimos anos.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2009, celebraram-se 40 391 casamentos confirmando-se a redução observada durante o período analisado no ano anterior e a taxa bruta de nupcialidade desceu para 3,8‰ (4,1‰ em 2008 e 5,7‰ em 2001).

Quadro 5

| Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001- 2009 | | | | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Indicadores | Anos | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Casamentos | 58 390 | 56 467 | 53 735 | 49 178 | 48 671 | 47 857 | 46 329 | 43 228 | 40 391 |
| Taxa Bruta de Nupcialidade (‰) | 5,7 | 5,4 | 5,1 | 4,7 | 4,6 | 4,5 | 4,4 | 4,1 | 3,8 |
| Idade média ao 1º casamento (anos) | | | | | | | | | |
| Homens | 27,8 | 28,0 | 28,4 | 28,6 | 28,9 | 29,1 | 29,4 | 29,7 | 30,2 |
| Mulheres | 26,1 | 26,4 | 26,8 | 27,0 | 27,3 | 27,5 | 27,8 | 28,1 | 28,6 |
| Idade média ao casamento (anos) | | | | | | | | | |
| Homens | 29,8 | 30,0 | 30,5 | 30,9 | 31,3 | 31,7 | 32,2 | 32,6 | 33,4 |
| Mulheres | 27,4 | 27,6 | 28,2 | 28,5 | 28,9 | 29,2 | 29,7 | 30,1 | 30,8 |
| Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos | | | | | | | | | |
| Homens | 0,65 | 0,64 | 0,63 | 0,53 | 0,52 | 0,51 | 0,49 | 0,44 | 0,42 |
| Mulheres | 0,69 | 0,67 | 0,67 | 0,57 | 0,56 | 0,55 | 0,53 | 0,49 | 0,47 |
| Divórcios | 18 851 | 27 708 | 22 617 | 23 161 | 22 576 | 22 881 | 25 120 | 26 110 | 26 176 |
| Taxa Bruta de Divorcialidade (‰) | 1,8 | 2,7 | 2,2 | 2,2 | 2,1 | 2,2 | 2,4 | 2,5 Po | 2,5 Po |
| Idade média ao Divórcio (anos) | | | | | | | | | |
| Homens | 40,8 | 40,3 | 40,5 | 43,0 | 41,0 | 41,4 | 41,6 | 42,0 | 42,4 |
| Mulheres | 38,2 | 37,8 | 39,3 | 40,4 | 38,6 | 39,1 | 39,3 | 39,6 | 40,1 |
| Divórcios/Casamento (%) | 32,3 | 49,1 | 42,1 | 47,1 | 46,4 | 47,8 | 54,2 | 60,4 | 64,8 |
| Taxa Bruta de Viuvez (‰) | | | | | | | | | |
| Homens | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,5 | 2,6 | 2,5 | 2,6 | 2,6 | 2,7 |
| Mulheres | 6,2 | 6,2 | 6,2 | 5,9 | 6,1 | 5,9 | 6,0 | 6,0 | 6,0 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2009
Número de divórcios revisto para os anos 2007 e 2008

Importa referir que Portugal observa uma taxa de nupcialidade inferior à da UE cuja média foi estimada em 4,9‰ em 2007¹⁰. O último valor conhecido mais elevado é pertença da Roménia (8,8‰) seguido do Chipre (7,5‰) e o mais baixo, da Eslovénia (3,2‰). Com níveis abaixo da média comunitária surgem também Itália (4,2‰), França (4,3‰), Espanha (4,5‰). A Suécia outrora com valores fracos de nupcialidade coerentes com a elevada proporção de nascimentos fora do casamento surge no documento do Eurostat referenciado com um nível de 5,2‰, superior à média comunitária. O facto da Suécia ter a mais forte percentagem de nados vivos fora do casamento da UE27 e que ultrapassa a metade dos nados vivos do país (54,8%) parece indiciar a formalização da vivência em comum acontecimento que se pode provavelmente explicar no âmbito das políticas de incentivos à família.

10 Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 31/2009, valores provisórios.

Quadro 6

| Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 2001- 2009 | | | | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Indicadores | Anos | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Casamentos de homens solteiros | 89,09 | 89,16 | 87,73 | 86,90 | 86,02 | 84,71 | 83,00 | 82,71 | 81,20 |
| Casamentos de mulheres solteiras | 91,46 | 91,89 | 90,15 | 89,19 | 88,40 | 87,34 | 85,70 | 85,26 | 84,13 |
| Casamentos de homens divorciados | 9,25 | 9,46 | 10,85 | 11,65 | 12,49 | 13,88 | 15,63 | 15,91 | 17,41 |
| Casamentos de mulheres divorciadas | 7,49 | 7,28 | 8,92 | 9,84 | 10,69 | 11,71 | 13,28 | 13,80 | 14,96 |
| Casamentos de homens viúvos | 1,66 | 1,38 | 1,42 | 1,45 | 1,48 | 1,41 | 1,38 | 1,39 | 1,39 |
| Casamentos de mulheres viúvas | 1,04 | 0,82 | 0,93 | 0,97 | 0,92 | 0,95 | 1,02 | 0,93 | 0,92 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2009

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos continua a baixar, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 14,96% entre as mulheres e 17,41% entre os homens. O recasamento de viúvos estabilizou nos últimos dois anos e permanece mais frequente entre os homens (1,4%), com tendência para descer, à semelhança do que ocorre com as mulheres, situação que pode apontar para uma opção de viver em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 42% dos homens celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2009, valor que sobe para 47% nas mulheres contra 65% e 69%, respectivamente em 2001.

Em Portugal os jovens prosseguem o adiar do casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 30,2 anos em 2009. Nas mulheres o adiamento é ligeiramente mais acentuado, com a idade a aumentar dos 26,1 anos para os 28,6 anos no mesmo período, diminuindo a diferença entre as idades médias com que homens e mulheres celebram o casamento. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante a qual é superior a trinta anos, tanto para homens como para mulheres.

A distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento não é uniforme. É no Algarve, Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde, com idades superiores a 30 anos (cerca de 31 em 2009, no caso dos homens e entre os 29 e os 30 anos no caso das mulheres). Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (27,8 anos para os homens e 25,4 para as mulheres em 2009).

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios decretados em Portugal, sobretudo no início do século XXI, e que se traduziu numa variação de 41% no período estudado. Apesar de tudo, o valor máximo da taxa de divorcialidade continua a pertencer ao ano de 2002 (2,7‰), aquando das alterações legislativas que facilitaram a dissolução do casamento por mútuo consentimento, ao instituir a possibilidade de a mesma ser decretada pelas conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se, em 2009, a taxa bruta de divorcialidade em 2,5 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

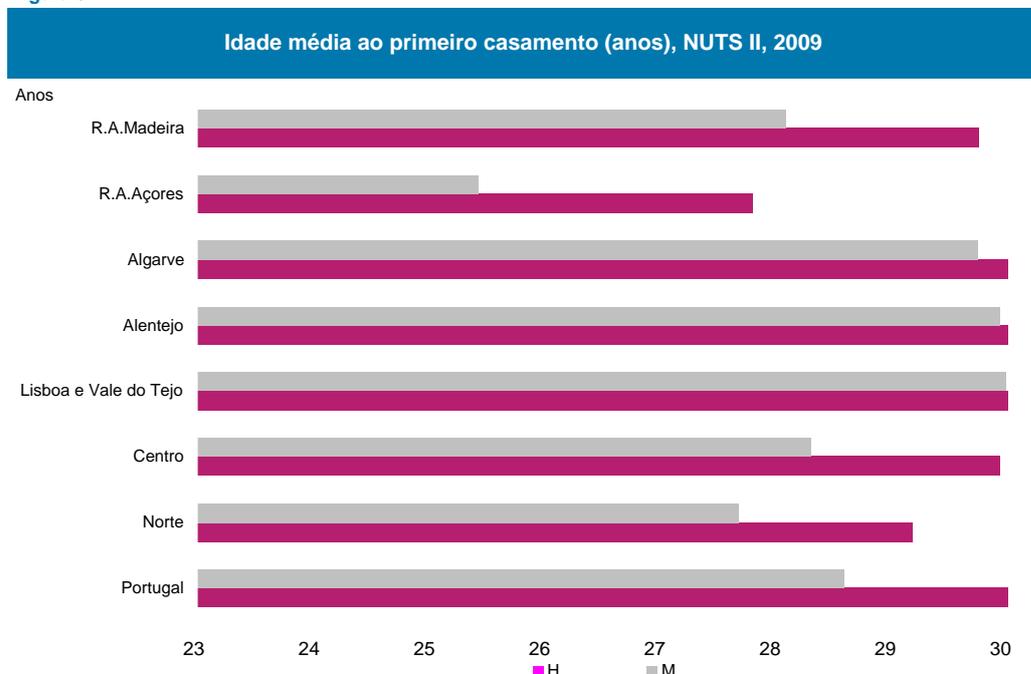
Dentro dos países da União Europeia para os quais existem elementos para 2007¹¹ a Lituânia (3,4‰), Letónia (3,3‰) ocupam as posições mais elevadas na hierarquia do indicador enquanto a Itália e a Irlanda apresentam os valores mais baixos e iguais a 0,8‰). Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2005 em 2,0‰, último ano para o qual se dispõe do indicador agregado) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, em 2009, os 42,4 anos para os homens e os 40,1 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento e o seu adiamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

11 Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 31/2009, valores provisórios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados foram decretados 32 divórcios e, em 2009, o indicador ascende a 65.

Figura 6

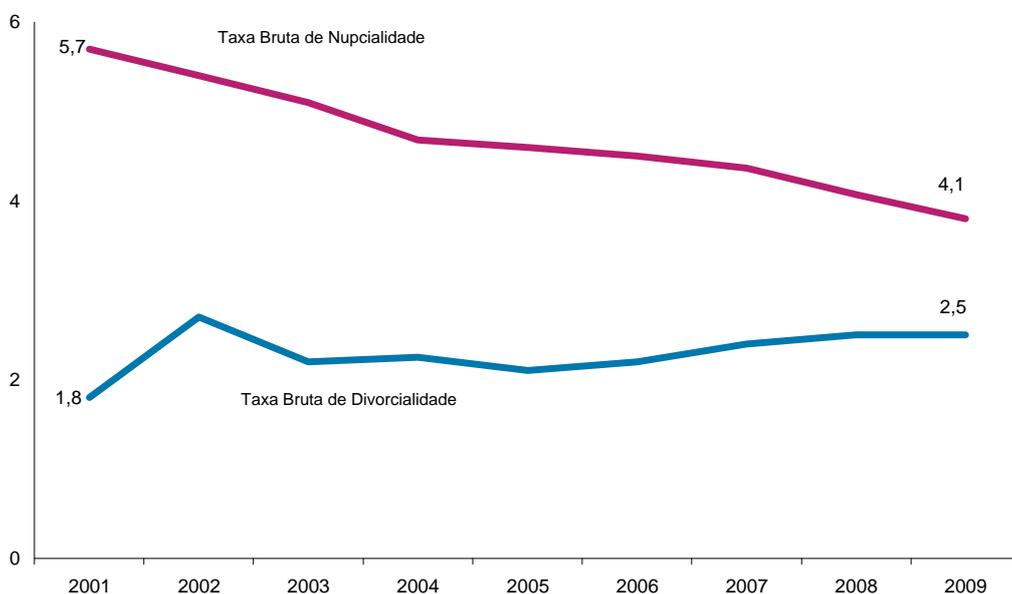


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, 2009

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos perduram. As Regiões Autónomas continuam a deter, em 2009, as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. Em 2009 é na Região Autónoma dos Açores (3,2‰) que a taxa de divorcialidade é mais elevada, correspondendo, assim, à região onde ocorre a taxa de nupcialidade mais significativa. Seguem-se as regiões de Lisboa e Vale do Tejo (2,6‰) e Algarve (2,6‰), aquelas em que se encontram os valores mais expressivos, ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde. As taxas mais baixas pertenciam ao Centro (2,3‰) e ao Alentejo (2,2‰). Se considerarmos a geografia com as NUTS 2002, o Centro mantém o valor, mas o Alentejo sobe ligeiramente para 2,3‰, continuando com um nível inferior ao estimado para o país (2,5‰), enquanto Lisboa ascende a 2,7‰, nível superior a Lisboa e Vale do Tejo.

Figura 7

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (%), Portugal, 2001- 2009



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2009

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção em termos de saúde pública.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País recuperou e em quarenta anos ganhou 12,5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso do Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH ou HIV, na sigla inglesa) que enfraquece o sistema imunitário do organismo em que os doentes vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico. Recentemente tem-se assistido à morte de doentes em idades mais avançadas¹².

Em 2009, registaram-se 104 434 óbitos de residentes em Portugal, mais 0,1% face ao ano anterior e mais 2,2% comparativamente a 2001. A varável óbitos revela oscilações diferentes e de sentido contrário ao longo do período analisado. As mais fortes situam-se em 2004, com uma variação negativa de 6,3%, e nos anos de 2005 e 2006, ambas superiores a 5% mas de sinal contrário, compensando-se.

¹² Sobre esta Temática consultar CAMPOS, Maria dos Anjos, "A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária" Revista de Estudos Demográficos nº38 pp. 67-78, INE, Lisboa 2006.

¹³ Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social Conditions, 47/2009

¹⁴ Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social Conditions, 31/2009, valores provisórios.

¹⁵ Eurostat (2009) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009

Quadro 7

| Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2001- 2009 | | | | | | | | | |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Indicadores | Anos | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Óbitos | 105 092 | 106 258 | 108 795 | 101 932 | 107 462 | 101 990 | 103 512 | 104 280 | 104 434 |
| <i>Homens</i> | 54 838 | 55 687 | 55 966 | 53 201 | 55 484 | 53 473 | 53 378 | 53 582 | 53 310 |
| <i>Mulheres</i> | 50 254 | 51 003 | 52 829 | 48 809 | 51 978 | 48 517 | 50 134 | 50 698 | 51 124 |
| Relação de masculinidade à morte (%) | 109,1 | 109,2 | 105,9 | 109,0 | 106,7 | 110,2 | 106,5 | 105,7 | 104,3 |
| Taxa Bruta de Mortalidade (‰) | 10,2 | 10,2 | 10,42 | 9,7 | 10,2 | 9,6 | 9,8 | 9,8 | 9,8 |
| Óbitos com menos de um ano | 567 | 574 | 464 | 412 | 386 | 349 | 353 | 340 | 362 |
| Taxa de Mortalidade Infantil (‰) | 5,0 | 5,0 | 4,1 | 3,8 | 3,5 | 3,3 | 3,4 | 3,3 | 3,6 |
| Esperança de vida à nascença (anos) | | | | | | | | | |
| Homens | 73,39 | 73,68 | 74,00 | 74,53 | 74,90 | 75,18 | 75,71 | 76,06 | 76,34 |
| Mulheres | 80,37 | 80,56 | 80,57 | 80,98 | 81,39 | 81,75 | 82,22 | 82,27 | 82,43 |
| Esperança de vida aos 45 anos (anos) | | | | | | | | | |
| Homens | 31,78 | 31,91 | 31,94 | 32,26 | 32,52 | 32,67 | 33,02 | 33,19 | 33,38 |
| Mulheres | 36,98 | 37,13 | 37,10 | 37,39 | 37,69 | 37,97 | 38,42 | 38,45 | 38,59 |
| Esperança de vida aos 65 anos (anos) | | | | | | | | | |
| Homens | 15,55 | 15,68 | 15,68 | 15,95 | 16,16 | 16,31 | 16,66 | 16,80 | 16,96 |
| Mulheres | 19,01 | 19,15 | 19,07 | 19,30 | 19,55 | 19,78 | 20,17 | 20,20 | 20,35 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2009. As Tábuas Abreviadas de Mortalidade para 2005/06; 2006/2007; 2007/2008 e 2008/2009 foram construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Nota: Os aspectos metodológicos inerentes ao cálculo das Tábuas Abreviadas de Mortalidade podem ser consultados no artigo das mesmas autoras "Tábuas de mortalidade em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou, no período em análise, à volta dos 10 óbitos por mil habitantes atingindo 9,8 óbitos por mil habitantes, em 2009, valor idêntico ao do ano anterior e ligeiramente superior ao estimado pelo Eurostat e continua a inserir-se na média comunitária¹³ (UE27= 9,6‰ em 2009). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (14,6‰) e a mais baixa na região do Norte (8,5‰) no mesmo ano. Considerando a geografia de 2002 a hierarquia mantém-se, embora a diferença se estreite pois a taxa do Alentejo desce para 13,8‰, e a do Norte não altera, pois a sua composição é idêntica.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas encontram-se naquele ano, na Bulgária (14,3‰), na Letónia (13,3‰) e na Hungria (13,0‰). Ao contrário, as taxas mais baixas observam-se no Chipre (6,5‰) e na Irlanda (6,8‰).

Desde 2004 que Portugal observa uma taxa de mortalidade infantil inferior a 4 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, nível que desce para 3,6, em 2009 e representa um ligeiro acréscimo comparativamente aos quatro anos anteriores (3,3‰ em 2008). No entanto, estas variações devem ser interpretadas com cuidado na medida em que os valores em confronto são diminutos e inferiores a 500 óbitos anuais desde 2003. Portugal, apresenta-se com um nível inferior à média comunitária, estimada para 2007,¹⁴ último valor médio conhecido (UE27 =4,5‰). De entre os países com informação disponível mais recente¹⁵, a Roménia (11,0‰) em 2008 e 12,0‰, 2007) e a Bulgária (8,6‰ em 2008 e 9,2‰ em 2007), permanecem com as taxas mais elevadas, surgindo Malta (9,9‰, 2008) com um valor acima do esperado, tendo em conta dados anteriormente divulgados, enquanto Luxemburgo (1,8‰ em 2008 e 2007) e a Suécia (2,5‰ em 2008 e 2007), observam os níveis mais baixos, a que se juntou a Eslovénia, embora com valores provisórios (2,1‰ em 2008). Grécia e Itália, outrora com níveis inferiores aos portugueses verificam, no presente níveis mais elevados (3,5‰ e 3,8‰ em 2008). Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu e o facto de o Eurostat divulgar a informação como provisória aconselham alguma prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5‰, pois este era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia actuar.

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela que os valores não são muito significativos. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito, ano em que se registou a morte de 378 indivíduos com nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal, valor que ascendeu a 1 095 em 2001 e baixou para 1 391 em 2009, correspondendo neste ano a 1,3% dos óbitos de residentes em Portugal, contra 1,4% em 2008. Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos (527) de nacionalidade africana (594). Dentro dos europeus, apesar de não representarem

proporções expressivas, as mais elevadas pertencem aos ingleses (174), valor que duplicou face ao início do período. Esta constatação confirma as razões diferentes em que se processa a imigração e a idades diferentes.

Quadro 8

| Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 2001-2009 | | | | | | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Continente / País de Nacionalidade | 2001 | | 2005 | | 2009 | |
| | nº | % | nº | % | nº | % |
| Total de Óbitos | 105 092 | 100,00 | 107462 | 100,00 | 104 436 | 100,00 |
| Europa | 104 423 | 99,36 | 106 799 | 99,38 | 103 630 | 99,23 |
| Portugal | 103 996 | 98,96 | 106 337 | 98,95 | 103 024 | 98,65 |
| Alemanha | 51 | 0,05 | 52 | 0,05 | 67 | 0,06 |
| Bélgica | 8 | 0,01 | 12 | 0,01 | 5 | 0,00 |
| Espanha | 66 | 0,06 | 66 | 0,06 | 79 | 0,08 |
| França | 30 | 0,03 | 23 | 0,02 | 29 | 0,03 |
| Itália | 13 | 0,01 | 11 | 0,01 | 27 | 0,03 |
| Países Baixos | 23 | 0,02 | 26 | 0,02 | 41 | 0,04 |
| Reino Unido | 86 | 0,08 | 93 | 0,09 | 174 | 0,17 |
| Moldavia | 17 | 0,02 | 20 | 0,02 | 18 | 0,02 |
| Roménia | 15 | 0,01 | 19 | 0,02 | 36 | 0,03 |
| Ucrânia | 67 | 0,06 | 84 | 0,08 | 69 | 0,07 |
| Rússia | 10 | 0,01 | 13 | 0,01 | 8 | 0,01 |
| Outros países Europa | 41 | 0,04 | 43 | 0,04 | 53 | 0,05 |
| | | | | | | 0,00 |
| África | 533 | 0,51 | 492 | 0,46 | 594 | 0,57 |
| Angola | 111 | 0,11 | 108 | 0,10 | 109 | 0,10 |
| Cabo Verde | 271 | 0,26 | 221 | 0,21 | 306 | 0,29 |
| Guiné Bissau | 81 | 0,08 | 95 | 0,09 | 47 | 0,05 |
| Moçambique | 28 | 0,03 | 21 | 0,02 | 20 | 0,02 |
| S.Tomé e Príncipe | 30 | 0,03 | 26 | 0,02 | 45 | 0,04 |
| <i>Total dos PALPS</i> | <i>521</i> | <i>0,50</i> | <i>471</i> | <i>0,44</i> | <i>527</i> | <i>0,50</i> |
| Outros Países | 12 | 0,01 | 21 | 0,02 | 67 | 0,06 |
| América | 101 | 0,10 | 132 | 0,12 | 156 | 0,15 |
| Brasil | 69 | 0,07 | 92 | 0,09 | 108 | 0,10 |
| Outros Países da América | 32 | 0,03 | 40 | 0,04 | 48 | 0,05 |
| Ásia e Oceania | 34 | 0,03 | 35 | 0,03 | 35 | 0,03 |
| China | 4 | 0,00 | 4 | 0,00 | 8 | 0,01 |
| Outros Países da Ásia e Oceania | 30 | 0,03 | 31 | 0,03 | 27 | 0,03 |
| País Desconhecido/Apátrida | 0 | 0,00 | 1 | 0,00 | 21 | 0,02 |
| Total de óbitos de residentes estrangeiros | 1 095 | 0,82 | 1 121 | 1,05 | 1 391 | 1,34 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2009 (cálculo das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002-2004 e 2006-2008, está disponível no anterior artigo "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009, elaborado pelas mesmas autoras

As doenças do aparelho circulatório (31,9%), os tumores/neoplasias (23,2%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (9,4%) mantêm-se como as principais causas de morte¹⁶, registadas em 2009. As doenças do aparelho circulatório em especial as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal (13,6%), em 2009, contra 18,3% em 2002. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares representam mais do o dobro das cardiopatias isquémicas (7,2%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2009, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro-vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

| Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2009 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|----------|----------------|-------|-------|----------|-------|-------|----------|-------|-------|----------|-------|-------|----------|-------|-------|---|
| Causas de Morte | CID - 10 | 2002 (%) | | | 2006 (%) | | | 2007 (%) | | | 2008 (%) | | | 2009 (%) | | | |
| | | Lista Europeia | HM | H | M | HM | H | M |
| Tuberculose | 2 | 0,3 | 0,5 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,1 | |
| Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH) | 4 | 0,9 | 1,5 | 0,3 | 0,7 | 1,1 | 0,3 | 0,8 | 1,2 | 0,3 | 0,7 | 1,0 | 0,3 | 0,6 | 0,9 | 0,3 | |
| Tumores Malignos | 7 | 20,9 | 23,7 | 17,8 | 21,7 | 24,9 | 18,2 | 22,6 | 26,0 | 19,0 | 23,0 | 26,7 | 19,1 | 23,2 | 26,9 | 19,4 | |
| Tumor maligno do esófago | 9 | 0,5 | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 0,8 | 0,1 | 0,5 | 0,9 | 0,2 | 0,5 | 0,8 | 0,2 | |
| Tumor maligno do estômago | 10 | 2,4 | 2,8 | 1,9 | 2,2 | 2,6 | 1,8 | 2,3 | 2,7 | 1,9 | 2,4 | 3,0 | 1,8 | 2,3 | 2,6 | 1,9 | |
| Tumor maligno do colon | 11 | 2,1 | 2,2 | 1,9 | 2,4 | 2,5 | 2,1 | 2,4 | 2,7 | 2,1 | 2,4 | 2,7 | 2,2 | 2,5 | 2,7 | 2,2 | |
| Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões | 15 | 3,2 | 5,0 | 1,2 | 3,5 | 5,5 | 1,3 | 3,6 | 5,8 | 1,4 | 3,5 | 5,6 | 1,4 | 3,7 | 5,7 | 1,5 | |
| Tumor maligno da mama feminina | 17 | 1,5 | 0,0 | 3,0 | 1,4 | 0,0 | 3,0 | 1,5 | 0,0 | 3,1 | 1,5 | 0,0 | 3,1 | 1,6 | 0,0 | 3,2 | |
| Tumor maligno da próstata | 21 | 1,6 | 3,1 | 0,0 | 1,6 | 3,1 | 0,0 | 1,7 | 3,2 | 0,0 | 1,7 | 3,3 | 0,0 | 1,6 | 3,2 | 0,0 | |
| Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados | 24 | 1,7 | 1,7 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 1,6 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,8 | 1,9 | 1,6 | 1,8 | 1,9 | 1,8 | |
| Diabetes Mellitus | 27 | 4,2 | 3,3 | 5,1 | 3,7 | 3,1 | 4,3 | 4,2 | 3,7 | 4,9 | 4,1 | 3,5 | 4,8 | 4,4 | 3,7 | 5,1 | |
| Doenças do Aparelho Circulatório | 33 | 38,4 | 33,6 | 43,7 | 32,2 | 27,6 | 37,3 | 33,1 | 28,6 | 37,9 | 32,4 | 28,0 | 37,1 | 31,9 | 27,7 | 36,3 | |
| Cardiopatia Isquémica | 34 | 8,9 | 9,4 | 8,4 | 7,5 | 7,8 | 7,3 | 7,8 | 8,0 | 7,6 | 7,5 | 7,7 | 7,2 | 7,2 | 7,3 | 7,0 | |
| Outras doenças cardíacas | 35 | 6,6 | 5,3 | 8,0 | 5,8 | 4,4 | 7,2 | 5,8 | 4,5 | 7,1 | 5,8 | 4,5 | 7,2 | 5,9 | 4,7 | 7,1 | |
| Doenças cerebro-vasculares | 36 | 18,3 | 15,2 | 21,8 | 14,2 | 11,7 | 16,9 | 14,5 | 12,1 | 16,9 | 14,0 | 11,7 | 16,4 | 13,6 | 11,4 | 15,9 | |
| Pneumonia | 39 | 3,3 | 3,4 | 3,2 | 4,9 | 5,1 | 4,7 | 4,5 | 4,5 | 4,4 | 4,9 | 4,8 | 5,0 | 5,0 | 4,8 | 5,2 | |
| Doenças crónicas das vias aéreas inferiores | 40 | 2,5 | 3,2 | 1,8 | 2,2 | 2,8 | 1,6 | 2,5 | 3,3 | 1,8 | 2,5 | 3,2 | 1,8 | 2,7 | 3,5 | 2,0 | |
| Doenças Crónicas do Fígado | 44 | 1,6 | 2,2 | 0,9 | 1,3 | 1,9 | 0,7 | 1,4 | 2,1 | 0,7 | 1,3 | 1,9 | 0,7 | 1,3 | 2,0 | 0,6 | |
| Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório/classificados em outra parte | 55 | 9,4 | 8,3 | 10,7 | 12,4 | 11,9 | 12,9 | 11,2 | 10,7 | 11,8 | 10,6 | 10,1 | 11,1 | 9,4 | 9,0 | 9,9 | |
| Outras Causas de Morte | | 18,4 | 20,4 | 16,3 | 20,6 | 21,2 | 19,9 | 19,3 | 19,7 | 19,0 | 20,2 | 20,4 | 20,0 | 21,1 | 21,2 | 21,0 | |
| TOTAL DE ÓBITOS | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| Acidentes de transporte | 60 | 38,7 | 41,2 | 31,7 | 24,8 | 27,0 | 19,0 | 26,5 | 29,8 | 19,0 | 23,5 | 26,1 | 17,8 | 23,6 | 27,0 | 16,1 | |
| Lesões autoprovocadas intencionalmente | 63 | 21,1 | 22,4 | 17,5 | 19,1 | 20,8 | 15,0 | 22,9 | 24,2 | 19,9 | 22,8 | 25,5 | 17,0 | 23,0 | 26,1 | 16,1 | |
| Outras Causas de Morte Externas | 58 | 40,2 | 36,4 | 50,9 | 56,1 | 52,2 | 66,0 | 50,6 | 46,0 | 61,1 | 53,7 | 48,4 | 65,2 | 53,4 | 46,9 | 67,9 | |
| TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002-2009 (cálculos das autoras)

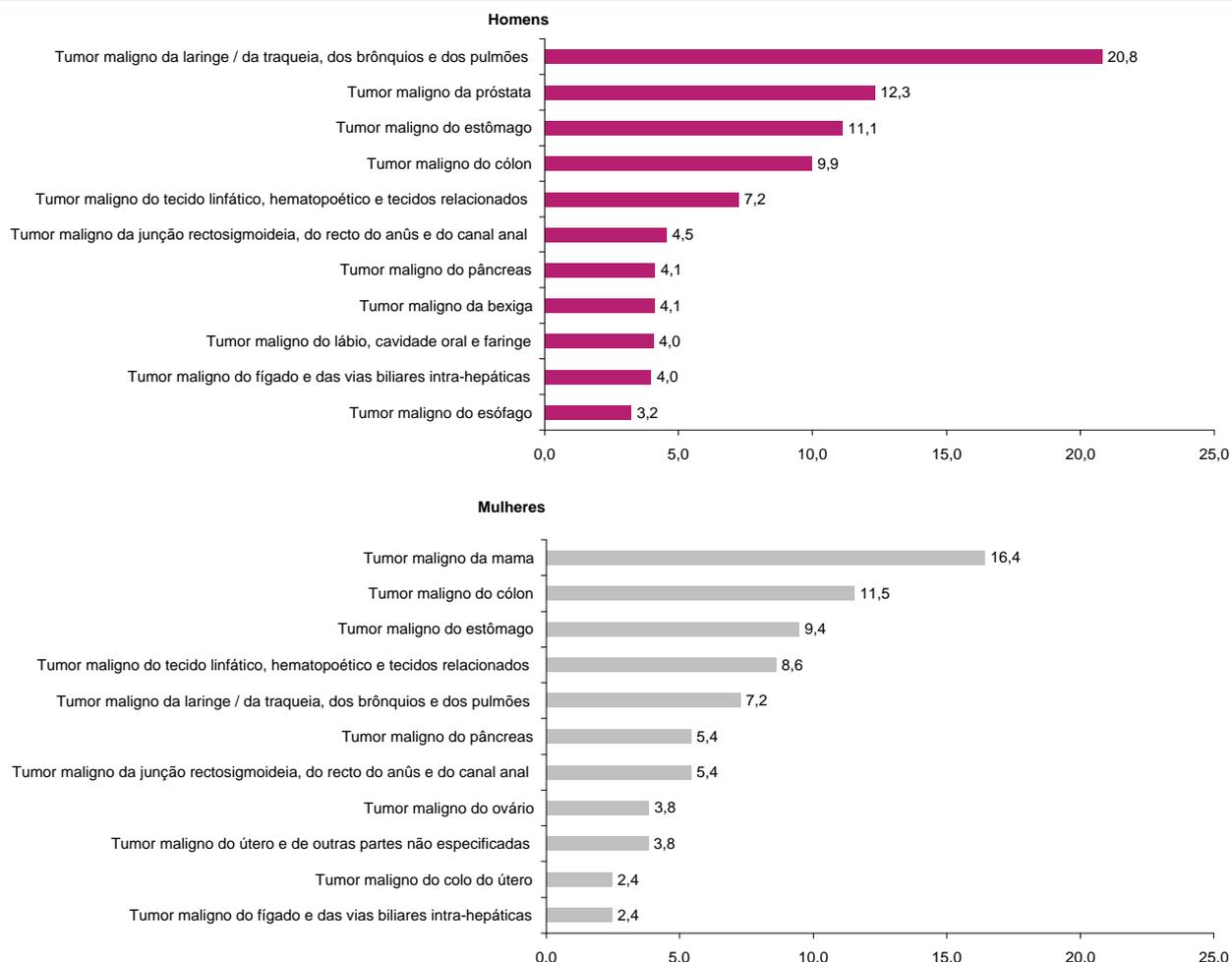
Nota: A informação relativa aos anos de 2003 e 2004 está disponível no anterior artigo "A Situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos n°46, INE, I. P. Lisboa, 2009, elaborado pelas mesmas autoras

Entre os tumores malignos, em 2009 o da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões ocupam o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (21,3%) seguido do tumor da próstata (11,9%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (16,3%) e ao do cólon, recto e ânus (11,5%). O tumor do estômago verifica um peso idêntico nos homens (9,8%) e nas mulheres (9,7%) e detém, em ambos os casos, a terceira posição. O tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados e o tumor maligno do pâncreas afectam mais as mulheres do que os homens.

16 Com base na 10ª Revisão da Classificação dos Autores Internacionais de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Figura 8

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2009 (CID - 10)



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde

Nota: Percentagens em relação ao total dos óbitos por tumores malignos registados para cada sexo (cálculos das autoras)

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular, nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

A proporção de mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e o da mama, para as mulheres, evidenciam um aumento contínuo no período de 2002 a 2009, tal como as doenças cérebro-vasculares em qualquer dos sexos, com maior incidência nas mulheres. Os sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (55 -CID 10 Lista Europeia), mais acentuada nas mulheres, que verificava um constante recuo em 2009, situou-se ao nível do observado em 2002, situação explicada pela baixa de mortes das mulheres atribuídas a esta causa, dado que entre os homens se registou a tendência crescente.

Em 2009, registaram-se 1 039 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia, classe 60) concentrando-se praticamente metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos.

Quadro 10

| Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2009 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| Idades | 2002 | | | 2003 | | | 2004 | | | 2005 | | | 2006 | | | 2007 | | | 2008 | | | 2009 | | |
| | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M |
| 15-19 | 158 | 130 | 28 | 110 | 82 | 28 | 121 | 94 | 27 | 108 | 90 | 18 | 65 | 51 | 14 | 53 | 36 | 17 | 62 | 47 | 15 | 51 | 41 | 10 |
| 20-24 | 242 | 209 | 33 | 241 | 207 | 34 | 211 | 177 | 34 | 154 | 128 | 26 | 108 | 95 | 13 | 99 | 79 | 20 | 126 | 107 | 19 | 87 | 69 | 18 |
| 25-29 | 233 | 195 | 38 | 195 | 157 | 38 | 193 | 170 | 23 | 120 | 99 | 21 | 104 | 87 | 17 | 95 | 84 | 11 | 120 | 111 | 9 | 84 | 70 | 14 |
| 30-34 | 177 | 155 | 22 | 158 | 139 | 19 | 147 | 123 | 24 | 109 | 92 | 17 | 78 | 67 | 11 | 87 | 72 | 15 | 97 | 82 | 15 | 75 | 65 | 10 |
| 35-39 | 160 | 143 | 17 | 146 | 120 | 26 | 127 | 115 | 12 | 104 | 89 | 15 | 104 | 81 | 23 | 68 | 61 | 7 | 80 | 70 | 10 | 77 | 70 | 7 |
| 15-39 | 970 | 832 | 138 | 850 | 705 | 145 | 799 | 679 | 120 | 595 | 498 | 97 | 459 | 381 | 78 | 402 | 332 | 70 | 485 | 417 | 68 | 374 | 315 | 59 |
| Total | 2 220 | 1 739 | 481 | 1 997 | 1 561 | 436 | 1 760 | 1 385 | 375 | 1 373 | 1 092 | 281 | 1 149 | 896 | 253 | 1 070 | 0 815 | 255 | 1 184 | 926 | 258 | 1 039 | 818 | 221 |
| Em percentagem | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15-19 | 100,0 | 82,3 | 17,7 | 100,0 | 74,5 | 25,5 | 100,0 | 77,7 | 22,3 | 100,0 | 83,3 | 16,7 | 100,0 | 78,5 | 21,5 | 100,0 | 67,9 | 32,1 | 100,0 | 75,8 | 24,2 | 100,0 | 80,4 | 19,6 |
| 20-24 | 100,0 | 86,4 | 13,6 | 100,0 | 85,9 | 14,1 | 100,0 | 83,9 | 16,1 | 100,0 | 83,1 | 16,9 | 100,0 | 88,0 | 12,0 | 100,0 | 79,8 | 20,2 | 100,0 | 84,9 | 15,1 | 100,0 | 79,3 | 20,7 |
| 25-29 | 100,0 | 83,7 | 16,3 | 100,0 | 80,5 | 19,5 | 100,0 | 88,1 | 11,9 | 100,0 | 82,5 | 17,5 | 100,0 | 83,7 | 16,3 | 100,0 | 88,4 | 11,6 | 100,0 | 92,5 | 7,5 | 100,0 | 83,3 | 16,7 |
| 30-34 | 100,0 | 87,6 | 12,4 | 100,0 | 88,0 | 12,0 | 100,0 | 83,7 | 16,3 | 100,0 | 84,4 | 15,6 | 100,0 | 85,9 | 14,1 | 100,0 | 82,8 | 17,2 | 100,0 | 84,5 | 15,5 | 100,0 | 86,7 | 13,3 |
| 35-39 | 100,0 | 89,4 | 10,6 | 100,0 | 82,2 | 17,8 | 100,0 | 90,6 | 9,4 | 100,0 | 85,6 | 14,4 | 100,0 | 77,9 | 22,1 | 100,0 | 89,7 | 10,3 | 100,0 | 87,5 | 12,5 | 100,0 | 90,9 | 9,1 |
| 15-39 | 100,0 | 85,8 | 14,2 | 100,0 | 82,9 | 17,1 | 100,0 | 85,0 | 15,0 | 100,0 | 83,7 | 16,3 | 100,0 | 78,0 | 22,0 | 100,0 | 82,6 | 17,4 | 100,0 | 86,0 | 14,0 | 100,0 | 84,2 | 15,8 |
| Total | 100,0 | 78,3 | 21,7 | 100,0 | 78,2 | 21,8 | 100,0 | 78,7 | 21,3 | 100,0 | 79,5 | 20,5 | 100,0 | 78,0 | 22,0 | 100,0 | 76,2 | 23,8 | 100,0 | 78,2 | 21,8 | 100,0 | 78,7 | 21,3 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2009 (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2003 e 2004 está disponível no anterior artigo "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009, elaborado pelas mesmas autoras

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

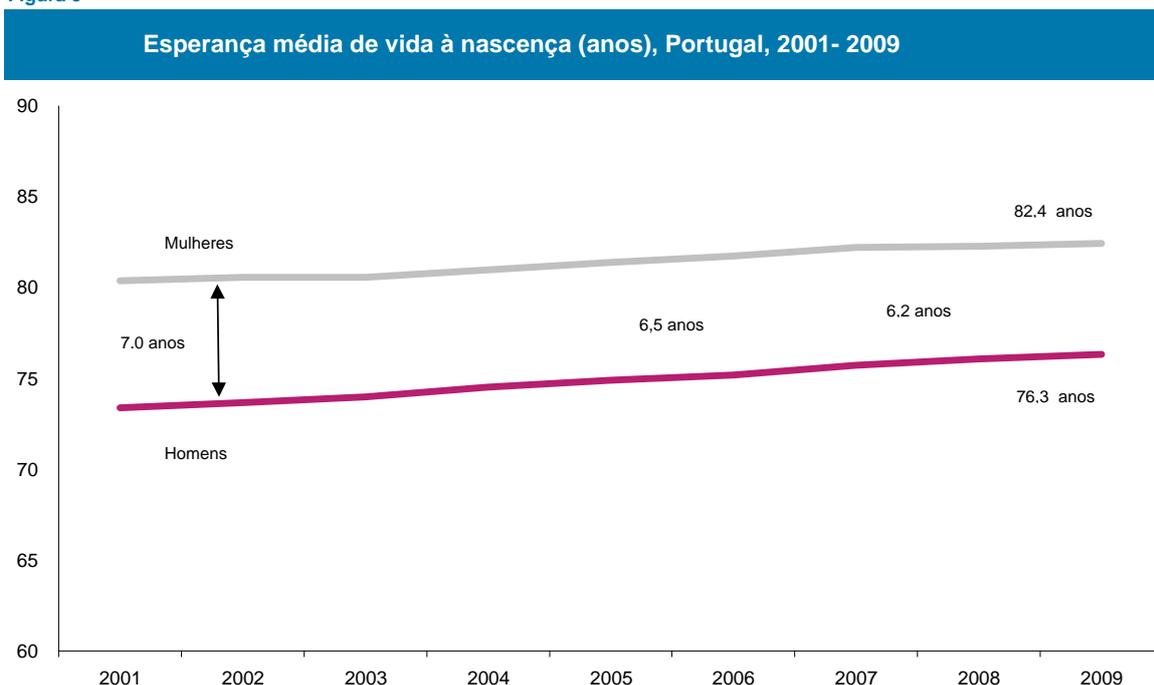
5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 2000 e 2009 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,9 anos no caso dos homens e 2,1 anos no caso das mulheres e situou-se em 76,3 anos e 82,4 respectivamente, valores acima da média europeia¹⁷ (74,7 anos nos homens e 81,5 anos nas mulheres em 2007) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade à nascença, no período em análise, foi superior entre os homens (1,4%, à nascença) do que entre as mulheres (1,3%, à nascença), tornando-se mais rápido com a idade, sobretudo a partir dos cinquenta anos cujo aumento foi 5,6% nos homens, mais 1 p.p. do que nas mulheres e atingiu a variação máxima aos 80 anos, com 15,8% e 13,8%, respectivamente para homens e mulheres. Esta evolução provocou o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, expresso no excesso de mortalidade dos homens em relação às mulheres, à semelhança do verificado em outros países.

17 Eurostat (2009) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009

Figura 9



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06, 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 50 anos de idade vivam ainda mais 29,0 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 33,9 anos. Os homens que atinjam os 60 de idade podem esperar viver ainda mais 20,8 anos e as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 24,8 anos. Comparativamente ao início período, tanto homens como mulheres que atingiram aquelas idades ganharam sensivelmente o mesmo número de anos de vida, que aos 50 anos e traduz-se por cerca de mais 1,4 anos, e aos 60 anos se reflecte no ganho de um ano. Se a análise for feita com mais rigor, na casa das centésimas a situação é mais favorável para os homens, em especial à idade dos cinquenta anos. Os valores analisados para Portugal são deduzidos das tábuas de mortalidade abreviadas¹⁸, assentes em média de óbitos de dois anos para minimizar os efeitos das oscilações anuais dos óbitos.

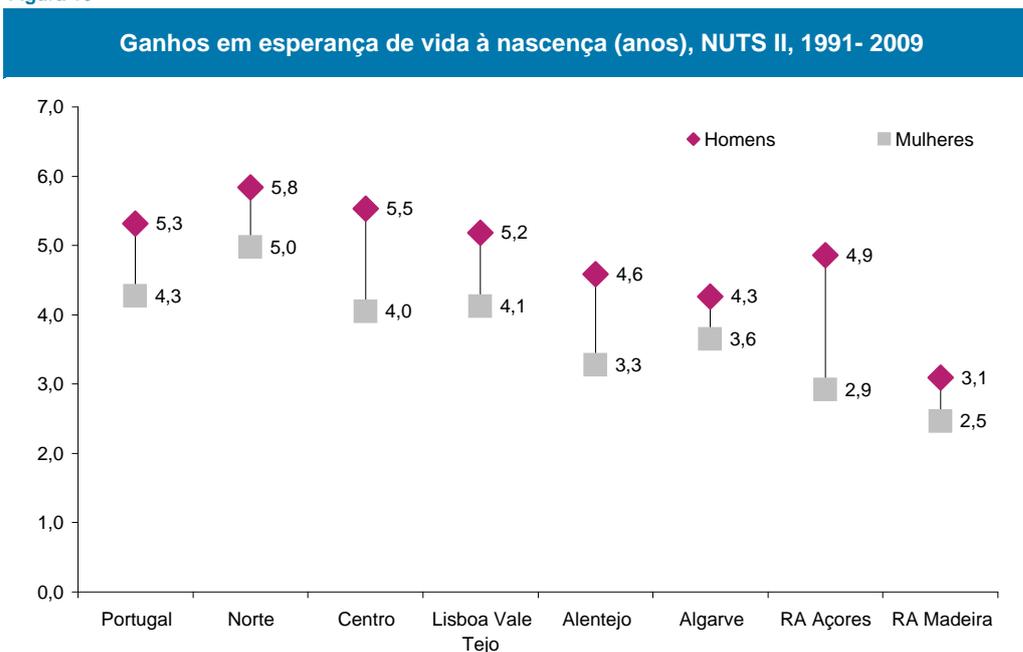
Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,8 nos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres vivem em média, em 2008/2009, o maior número de anos (76,9 anos e 82,9 anos, respectivamente). Ao contrário, é na Região Autónoma da Madeira que em média se vive menos, tendo os homens conseguido alcançar os setenta e um anos enquanto as mulheres vivem, em média, os 79 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida observaram-se, entre 1991 e 2009, no Norte e quantificaram-se em 6,7 anos para os homens e 5,7 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (3,5 nos homens e 2,4 anos nas mulheres). Para o mesmo período o país registou uma subida de 5,8 anos e 4,8 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

¹⁸ Sobre a Metodologia de cálculo de tábuas abreviadas consultar CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes "Tábuas de Mortalidade em Portugal", Revista Estudos Demográficos nº 36, pp. 41-70, INE, Lisboa, 2004.

Figura 10



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente. Tábua Abreviada para 2005/06, 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progridem. Esta evolução é transversal a todas as NUTS II.

O excesso de mortalidade masculina, conhecido como o fenómeno da sobremortalidade masculina está bem visível na análise da mortalidade por sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2009 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam, em média, mais cerca de 17 anos enquanto que a vida média esperada das mulheres que chegam à mesma idade, sobe para cerca de 20 anos. Os homens que atingem os 80 anos podem alcançar mais 1,44 anos do que em 1991, as mulheres conseguiram um ganho mais elevado (1,79 anos)

Espera-se que em 2009, de 100 000 nados vivos, só 93 768 homens (93 506 em 2008) alcancem a idade exacta dos 50 anos, número bastante inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (97 089).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (49 815), em 2009 permanece inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991/92 e em 2000/01, iguais respectivamente a 56 270 e 63 051, com a disparidade a atenuar-se, em particular nos últimos anos do período analisado.

Quadro 11

| Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2000-2009 | | | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|------|
| Anos | e ₀ anos | | e ₂₀ | | e ₅₀ | | e ₆₀ | | e ₇₀ | | e ₈₀ | |
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M |
| Esperança de vida (ex) | | | | | | | | | | | | |
| 2000/01 | 73,39 | 80,37 | 54,38 | 61,08 | 27,49 | 32,35 | 19,29 | 23,32 | 12,15 | 14,92 | 6,81 | 8,17 |
| 2001/02 | 73,68 | 80,56 | 54,61 | 61,25 | 27,63 | 32,50 | 19,43 | 23,45 | 12,27 | 15,03 | 6,86 | 8,18 |
| 2002/03 | 74,00 | 80,57 | 54,81 | 61,24 | 27,67 | 32,45 | 19,46 | 23,40 | 12,26 | 14,94 | 6,75 | 8,01 |
| 2003/04 | 74,53 | 80,98 | 55,26 | 61,58 | 27,97 | 32,73 | 19,75 | 23,66 | 12,46 | 15,16 | 6,86 | 8,14 |
| 2004/05 | 74,90 | 81,39 | 55,61 | 61,92 | 28,20 | 33,02 | 19,99 | 23,93 | 12,63 | 15,40 | 6,98 | 8,31 |
| 2005/06 | 75,18 | 81,75 | 55,86 | 62,24 | 28,35 | 33,29 | 20,17 | 24,17 | 12,78 | 15,61 | 7,04 | 8,43 |
| 2006/07 | 75,71 | 82,22 | 56,34 | 62,71 | 28,71 | 33,72 | 20,51 | 24,58 | 13,11 | 15,97 | 7,29 | 8,71 |
| 2007/08 | 76,06 | 82,27 | 56,63 | 62,76 | 28,85 | 33,77 | 20,64 | 24,63 | 13,19 | 15,99 | 7,26 | 8,66 |
| 2008/09 | 76,34 | 82,43 | 56,92 | 62,90 | 29,03 | 33,91 | 20,82 | 24,77 | 13,34 | 16,13 | 7,33 | 8,74 |

| Anos | l ₀ anos | | l ₂₀ | | l ₅₀ | | l ₆₀ | | l ₇₀ | | l ₈₀ | |
|------------------------------|---------------------|---------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M |
| Número de sobreviventes (lx) | | | | | | | | | | | | |
| 2000/01 | 100 000 | 100 000 | 98 518 | 99 056 | 90 712 | 96 082 | 83 887 | 92 750 | 69 484 | 85 110 | 41 301 | 63 051 |
| 2001/02 | 100 000 | 100 000 | 98 609 | 99 092 | 90 976 | 96 173 | 84 174 | 92 898 | 69 948 | 85 413 | 42 063 | 63 939 |
| 2002/03 | 100 000 | 100 000 | 98 789 | 99 112 | 91 478 | 96 307 | 84 648 | 93 035 | 70 539 | 85 661 | 42 642 | 64 334 |
| 2003/04 | 100 000 | 100 000 | 98 921 | 99 206 | 92 010 | 96 563 | 85 328 | 93 384 | 71 707 | 86 224 | 44 177 | 65 637 |
| 2004/05 | 100 000 | 100 000 | 98 959 | 99 297 | 92 359 | 96 755 | 85 653 | 93 672 | 72 470 | 86 699 | 45 216 | 66 767 |
| 2005/06 | 100 000 | 100 000 | 99 007 | 99 361 | 92 622 | 96 934 | 85 842 | 93 986 | 72 871 | 87 230 | 46 115 | 67 921 |
| 2006/07 | 100 000 | 100 000 | 99 090 | 99 374 | 93 048 | 97 045 | 86 398 | 94 212 | 73 660 | 87 771 | 47 745 | 69 356 |
| 2007/08 | 100 000 | 100 000 | 99 182 | 99 370 | 93 506 | 97 041 | 86 912 | 94 197 | 74 439 | 87 920 | 48 880 | 69 813 |
| 2008/09 | 100 000 | 100 000 | 99 170 | 99 397 | 93 768 | 97 089 | 87 188 | 94 232 | 74 939 | 88 014 | 49 815 | 70 426 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 - 2007; Tábuas Abreviadas para 2005/06, 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Nota: Sobre a Metodologia de cálculo de tábuas abreviadas consultar CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes "Tábuas de Mortalidade em Portugal", Revista Estudos Demográficos nº 36, pp. 41-70, INE, Lisboa, 2004.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato incide sobre as estruturas da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexo da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar, e nos últimos anos, as mulheres incrementaram mesmo o seu contributo para as correntes migratórias, como força de trabalho. Estas mudanças contribuem para um maior equilíbrio na repartição por sexo dos fluxos migratórios, bem expressos na subida da relação de feminilidade da população estrangeira residente no país que passou de 68 para 81 mulheres por cada 100 homens, entre 2001 e 2009. As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos ou negativos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Quadro 12

| População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2009 | | | | | | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Continente / País de Nacionalidade | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
| Total | 223 997 | 238 929 | 249 995 | 263 322 | 274 631 | 332 137 | 401 612 | 436 020 | 451 742 |
| <i>Homens</i> | 125 958 | 132 663 | 137 607 | 143 319 | 147 980 | 181 910 | 219 765 | 228 289 | 233280 |
| <i>Mulheres</i> | 98 039 | 106 266 | 112 388 | 120 003 | 126 651 | 150 227 | 181 847 | 207 731 | 218462 |
| Europa | 67 127 | 72 229 | 77 124 | 83 687 | 88 781 | 124 901 | 168 124 | 166 025 | 176 440 |
| Alemanha | 11 167 | 11 878 | 12 539 | 13 097 | 13 622 | 13 870 | 15 498 | 8 187 | 8 614 |
| Bélgica | 2 278 | 2 434 | 2 552 | 2 654 | 2 741 | 2 798 | 3 091 | 1 560 | 1 609 |
| Espanha | 13 645 | 14 599 | 15 281 | 15 874 | 16 398 | 16 611 | 18 030 | 7 220 | 8 060 |
| França | 7 817 | 8 377 | 8 841 | 9 247 | 9 589 | 9 737 | 10 556 | 4 576 | 4 883 |
| Itália | 3 380 | 3 771 | 4 185 | 4 569 | 4 821 | 4 954 | 5 985 | 3 915 | 4 499 |
| Moldávia | 45 | 97 | 270 | 1 048 | 1 390 | 7 459 | 11 414 | 21 067 | 20 726 |
| Países Baixos | 4 460 | 4 812 | 5 102 | 5 347 | 5 658 | 5 869 | 6 589 | 4 360 | 4 577 |
| Reino Unido | 14 953 | 15 903 | 16 860 | 17 976 | 19 005 | 19 761 | 23 608 | 15 371 | 16 373 |
| Roménia | 508 | 615 | 764 | 1 219 | 1 564 | 5 446 | 17 200 | 26 425 | 32 457 |
| Rússia | 596 | 699 | 858 | 1 155 | 1 342 | 3 375 | 4 523 | 6 181 | 6 109 |
| Suécia | 1 317 | 1 371 | 1 405 | 1 456 | 1 500 | 1 521 | 1 649 | 0 699 | 0 746 |
| Suíça | 1 407 | 1 472 | 1 555 | 1 617 | 1 662 | 1 692 | 1 827 | 1 011 | 1 003 |
| Ucrânia | 203 | 299 | 525 | 1 551 | 2 120 | 22 846 | 34 240 | 52 472 | 52 253 |
| Outros Países Europa | 5 351 | 5 902 | 6 387 | 6 877 | 7 369 | 8 962 | 13 914 | 12 981 | 14 531 |
| África | 107 309 | 114 399 | 117 954 | 121 584 | 124 541 | 129 806 | 138 337 | 125 671 | 120 285 |
| Angola | 22 751 | 24 782 | 25 616 | 26 517 | 27 533 | 28 856 | 30 431 | 27 307 | 26 292 |
| Cabo Verde | 49 845 | 52 223 | 53 434 | 54 788 | 55 608 | 57 369 | 61 110 | 50 887 | 48 417 |
| Guiné Bissau | 17 791 | 19 227 | 20 041 | 20 511 | 20 935 | 21 170 | 22 174 | 23 842 | 22 404 |
| Moçambique | 4 725 | 4 864 | 4 916 | 4 953 | 5 029 | 5 156 | 5 403 | 3 347 | 3 305 |
| S. Tomé e Príncipe | 6 304 | 6 968 | 7 279 | 7 828 | 8 198 | 8 874 | 9 736 | 11 402 | 11 142 |
| Total dos Palps | 101416 | 108064 | 111 332 | 114 597 | 117 303 | 121 423 | 128 854 | 116 785 | 111 560 |
| Outros Países África | 5 893 | 6 335 | 6 668 | 6 987 | 7 238 | 8 383 | 9 483 | 8 886 | 8 886 |
| América | 39 018 | 40 535 | 42 509 | 44 879 | 47 624 | 58 708 | 72 387 | 115 549 | 124 667 |
| América Norte | 10 183 | 10 138 | 10 116 | 10 108 | 10 080 | 10 122 | 10 228 | 3 180 | 3 179 |
| EUA | 8 023 | 8 000 | 7 998 | 7 986 | 7 985 | 8 020 | 8 097 | 2 228 | 2 220 |
| América Central e do Sul | 28 835 | 30 397 | 32 393 | 34 771 | 37 544 | 48 586 | 62 159 | 112 369 | 121 488 |
| Brasil | 23 422 | 24 762 | 26 508 | 28 730 | 31 500 | 42 319 | 55 665 | 106 704 | 115 882 |
| Venezuela | 3 508 | 3 520 | 3 517 | 3 458 | 3 308 | 3 209 | 3 177 | 2 362 | 2 169 |
| Ásia | 9 724 | 10 938 | 11 565 | 12 331 | 12 837 | 17 870 | 21 902 | 28 425 | 30 020 |
| China | 3 953 | 4 529 | 4 810 | 5 278 | 5 551 | 8 081 | 9 689 | 13 313 | 14 373 |
| Índia | 1 360 | 1 525 | 1 612 | 1 686 | 1 749 | 2 611 | 3 538 | 5 457 | 5 734 |
| Japão | 800 | 818 | 838 | 851 | 864 | 868 | 896 | 361 | 350 |
| Paquistão | 1 034 | 1 194 | 1 279 | 1 344 | 1 380 | 1 779 | 2 092 | 2 729 | 2 696 |
| Oceânia | 537 | 545 | 557 | 554 | 558 | 563 | 572 | 264 | 255 |
| Austrália | 476 | 483 | 489 | 486 | 489 | 491 | 497 | 224 | 218 |
| Outros Países Ásia e Oceânia | 2 577 | 2 872 | 3 026 | 3 172 | 3 293 | 4 496 | 5 687 | 6 565 | |
| Apátridas e Desconhecida | 282 | 283 | 286 | 287 | 290 | 289 | 290 | 86 | 79 |

Fonte:Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

* Dados disponíveis em Junho de 2009

Notas: Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51% das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos¹⁹.

A população estrangeira portadora de autorização de residência em Portugal no final do ano de 2009, ascendia, de acordo com a informação facultada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) a 451 742 indivíduos²⁰, ou seja, uma variação positiva de 12,5%, comparativamente ao ano anterior, mais significativa para as mulheres (20,1%) do que para os homens (6,1%). Se àqueles titulares de residência legal se adicionarem as prorrogações de autorizações de permanência (2 449) facultadas pelo SEF e os vistos de longa duração concedidos pela Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros (3 115), o número de estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal no país, sobe, em 2009, para 457 306 indivíduos, contra 443 102 em 2008.

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALPs), proporção que depois dos acréscimos observados nos anos noventa do século passado se reduziu no período de 2001-2009, para se situar neste último ano em 24,0%, contra 45,28% no início do período analisado. Aliás, desde 2006, que esta população africana de língua portuguesa representa menos de 40% do total da população com residência legalizada. A população cabo-verdiana (10,7%) permanece como a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 2001 (menos 5 pontos percentuais). E regista um valor absoluto inferior ao daquele ano. Idêntica evolução se nota em todas as nacionalidades que integram o conjunto dos países africanos de língua africana, e nos quais a nacionalidade angolana ocupa segunda posição mais relevante (5,8%) embora distanciada.

Da Europa tiveram origem 39,1% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2009, representando uma variação positiva de 6,3% face ao ano anterior, embora fraca do que a verificada de 2005 para 2006 (40,7%) e de 2006-2007 (34,6%), embora ao nível dos outros anos. Para este acréscimo contribuiu, em 2009, o aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia (11,6%); Roménia (7,2%), Moldávia (4,6%) e Rússia (1,4%)²¹.

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (9,3%), Espanha (4,6%) e Alemanha (4,9%) continuam a assumir as posições mais importantes, embora registem ligeiros recuos. Os nacionais do Brasil subiram 34,3% entre 2001 e 2009, representando, neste último ano 25,6% da população estrangeira com residência legalizada em Portugal e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 6,6% em 2009, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China, cujos efectivos triplicaram, para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2009, 51,6% eram indivíduos do sexo masculino e 48,4% do sexo feminino contra 52,4% e 47,6 no ano anterior e 56,2% e 43,8%, em 2001, continuando a atenuar da representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 108 homens. O rácio entre a população europeia (116 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades Eslovaca e Eslovénia, a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (123) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos.

A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

¹⁹ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" Revista Estudos Demográficos nº 36, pp. 61-72, INE, Lisboa, 2004.

²⁰ Dados provisórios referentes a Junho de 2010.

²¹ Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis "Imigrantes de Leste em Portugal" Revista de Estudos Demográficos nº38 pp. 31-46, INE, Lisboa 2006.

Devido à intensidade do fenómeno imigratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALPs) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

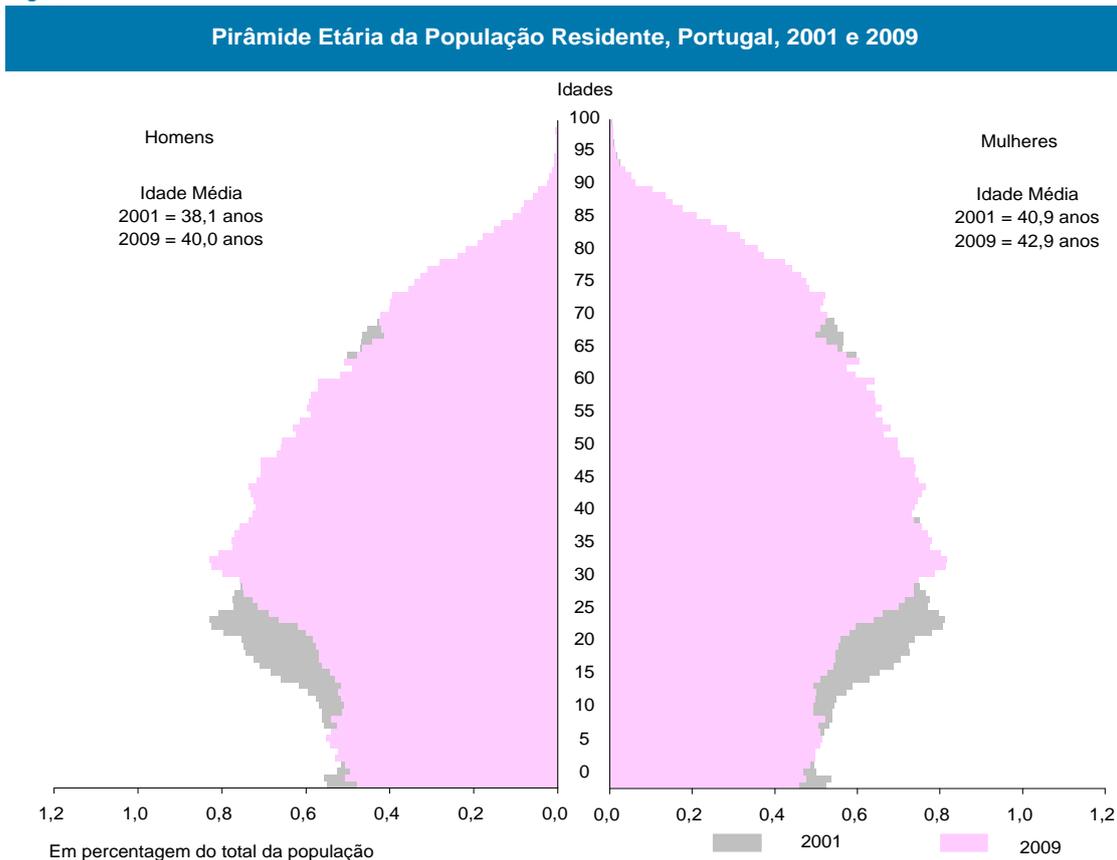
No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*²² e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século²³. Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem no Brasil, em alguns países da Europa de Leste e da Ásia

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (elaboração das autoras).

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,7 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,1 anos em 2001 e para 40,0 anos, em 2009, nos homens, e de 38,2 anos, 40,9 anos 42,9 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2009, em 38 anos para os homens e 41 anos para as mulheres, não sofrendo alteração face ao ano anterior.

²² Decreto-lei 438/88

²³ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)"; Revista de Estudos Demográficos nº38 pp. 47-66, INE, Lisboa 2006.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 2001 tinha um peso relativo de 15,9% na população total e em 2009 apenas 15,2%.

Em oposição, a população em idade activa dos 15-64 anos, regista uma tendência em baixa no período em análise, representando 67,0% do total da população, em 2009. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 11,1% em 2009 (11,4% em 2008) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 60,8% (60,6% em 2008). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos caiu para 41,1% em 2009 (de 41,5% em 2008). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 25,6% para 25,9% no mesmo espaço de tempo, os mesmos 0,3 p.p. que tinha crescido dois anos antes. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava em 2001, cerca de 16,5%, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,9% em 2009, ou seja mais 0,3 p.p. do que no ano anterior ultrapassa a média estimada para UE25 (16,5%) referente ao mesmo ano. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem visível na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos, que subiu 6,9% em 2001 para 8,4% em 2009. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,3% em 2001 e 10,0% em 2009) do que nos homens que só reforçaram a sua posição relativa em 1,1 p.p.. A população desta faixa etária representa praticamente metade da população idosa, definida como índice de longevidade (46,8% em 2009, valor que sobe para 49,6% nas mulheres contra 42,9% nos homens).

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa eleva-se, em 2009 a 25,0% sendo 21,3% nos homens e 27,7% nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 20,9% e 27,3%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 104 idosos, em 2009 o rácio eleva-se para 118 idosos, não tendo ainda atingido os 100 nos homens, mas o número de idosos ultrapassou largamente o número de jovens, com o indicador a fixar-se nos 141.

Quadro 13

| Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2009 | | | | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Indicadores | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| População com 0 - 14 anos | 15,9 | 15,8 | 15,7 | 15,6 | 15,6 | 15,5 | 15,3 | 15,3 | 15,2 |
| Homens | 16,8 | 16,8 | 16,7 | 16,6 | 16,5 | 16,4 | 16,3 | 16,2 | 16,1 |
| Mulheres | 15,0 | 14,9 | 14,9 | 14,8 | 14,7 | 14,6 | 14,5 | 14,4 | 14,4 |
| População com 15 - 64 anos | 67,6 | 67,5 | 67,4 | 67,3 | 67,3 | 67,3 | 67,2 | 67,1 | 66,9 |
| Homens | 68,9 | 68,8 | 68,8 | 68,7 | 68,7 | 68,7 | 68,7 | 68,6 | 68,5 |
| Mulheres | 66,4 | 66,3 | 66,2 | 66,1 | 66,0 | 65,9 | 65,9 | 65,7 | 65,5 |
| População com 65 e mais anos | 16,5 | 16,7 | 16,8 | 17,0 | 17,1 | 17,3 | 17,4 | 17,6 | 17,9 |
| Homens | 14,3 | 14,4 | 14,5 | 14,7 | 14,8 | 14,9 | 15,0 | 15,2 | 15,4 |
| Mulheres | 18,6 | 18,8 | 18,9 | 19,2 | 19,3 | 19,5 | 19,7 | 19,9 | 20,2 |
| População com 75 e mais anos | 6,9 | 7,0 | 7,2 | 7,3 | 7,5 | 7,7 | 8,0 | 8,2 | 8,4 |
| Homens | 5,5 | 5,6 | 5,6 | 5,8 | 5,9 | 6,1 | 6,3 | 6,5 | 6,6 |
| Mulheres | 8,3 | 8,4 | 8,6 | 8,8 | 9,0 | 9,3 | 9,5 | 9,8 | 10,0 |
| População com 80 e mais anos | 3,5 | 3,6 | 3,7 | 3,8 | 3,9 | 4,1 | 4,2 | 4,3 | 4,5 |
| Homens | 2,6 | 2,6 | 2,7 | 2,8 | 2,9 | 3,0 | 3,1 | 3,2 | 3,3 |
| Mulheres | 4,4 | 4,5 | 4,6 | 4,7 | 4,9 | 5,1 | 5,3 | 5,4 | 5,6 |
| Índice de dependência total | 48,0 | 48,1 | 48,3 | 48,5 | 48,6 | 48,6 | 48,7 | 49,0 | 49,4 |
| Homens | 45,2 | 45,3 | 45,4 | 45,5 | 45,5 | 45,5 | 45,5 | 45,8 | 46,0 |
| Mulheres | 50,6 | 50,9 | 51,1 | 51,4 | 51,5 | 51,6 | 51,9 | 52,2 | 52,7 |
| Índice de dependência jovens | 23,5 | 23,4 | 23,3 | 23,2 | 23,1 | 23,0 | 22,8 | 22,8 | 22,7 |
| Homens | 24,4 | 24,4 | 24,3 | 24,1 | 24,0 | 23,8 | 23,7 | 23,6 | 23,5 |
| Mulheres | 22,6 | 22,5 | 22,5 | 22,4 | 22,2 | 22,1 | 22,0 | 21,9 | 21,9 |
| Índice de dependência idosos | 24,5 | 24,7 | 24,9 | 25,3 | 25,4 | 25,6 | 25,9 | 26,3 | 26,7 |
| Homens | 20,8 | 21,0 | 21,1 | 21,4 | 21,5 | 21,7 | 21,9 | 22,2 | 22,5 |
| Mulheres | 28,0 | 28,3 | 28,6 | 29,0 | 29,3 | 29,5 | 29,9 | 30,3 | 30,8 |
| Índice de envelhecimento | 104,2 | 105,5 | 106,8 | 108,7 | 110,1 | 111,7 | 113,6 | 115,5 | 117,6 |
| Homens | 85,1 | 86,1 | 87,2 | 88,7 | 89,7 | 90,9 | 92,4 | 94,0 | 95,7 |
| Mulheres | 124,2 | 125,8 | 127,5 | 129,8 | 131,5 | 133,5 | 135,8 | 138,1 | 140,6 |
| Índice de longevidade | 42,0 | 42,3 | 42,6 | 43,1 | 43,85 | 44,9 | 45,7 | 46,4 | 46,8 |
| Homens | 38,2 | 38,5 | 38,8 | 39,2 | 39,94 | 41,0 | 41,8 | 42,4 | 42,9 |
| Mulheres | 44,6 | 45,0 | 45,4 | 45,9 | 46,67 | 47,6 | 48,5 | 49,2 | 49,6 |

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 - 2009

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 124 idosas por cada 100 jovens em 2001, para 141 em 2009. Estima-se que desde 1995 as mulheres idosas residentes em Portugal ultrapassem, em número, as mulheres jovens.

Figura 12

Taxa de crescimento natural (%), Portugal, 2009

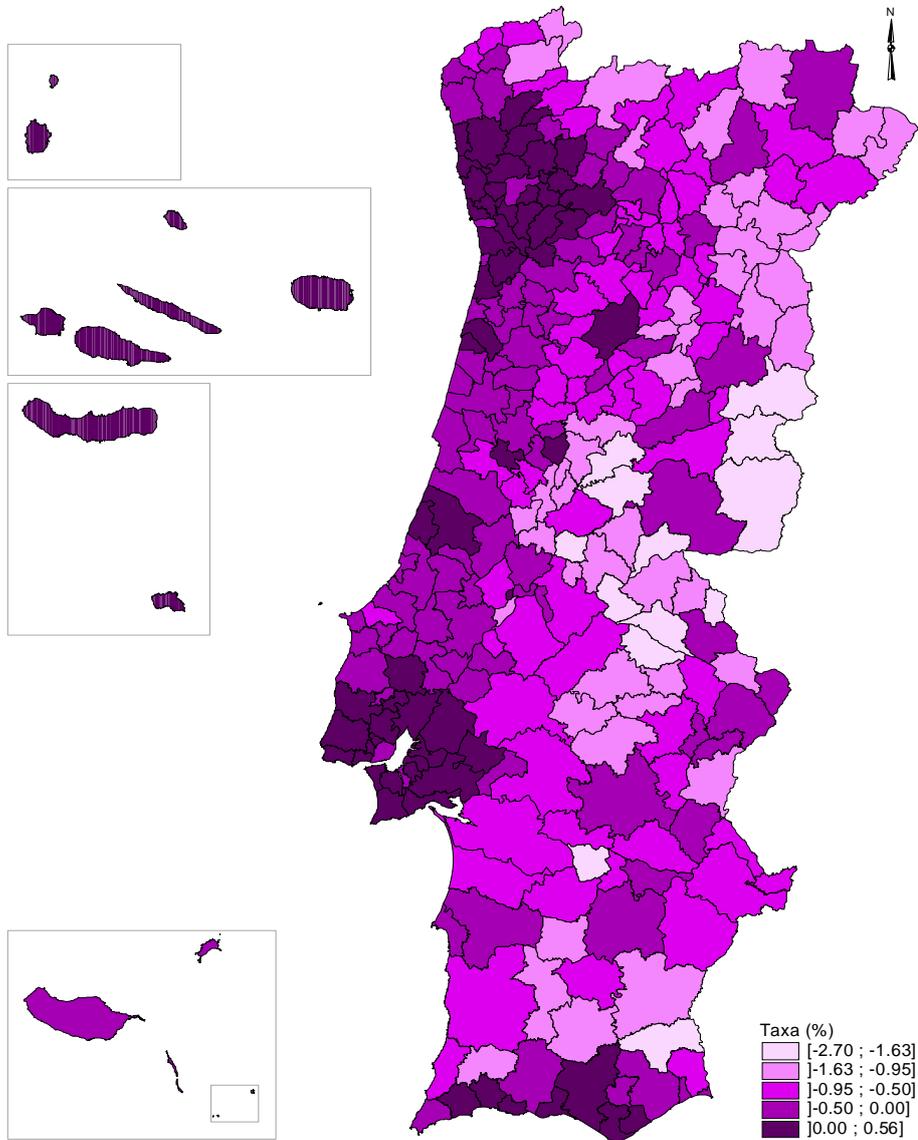
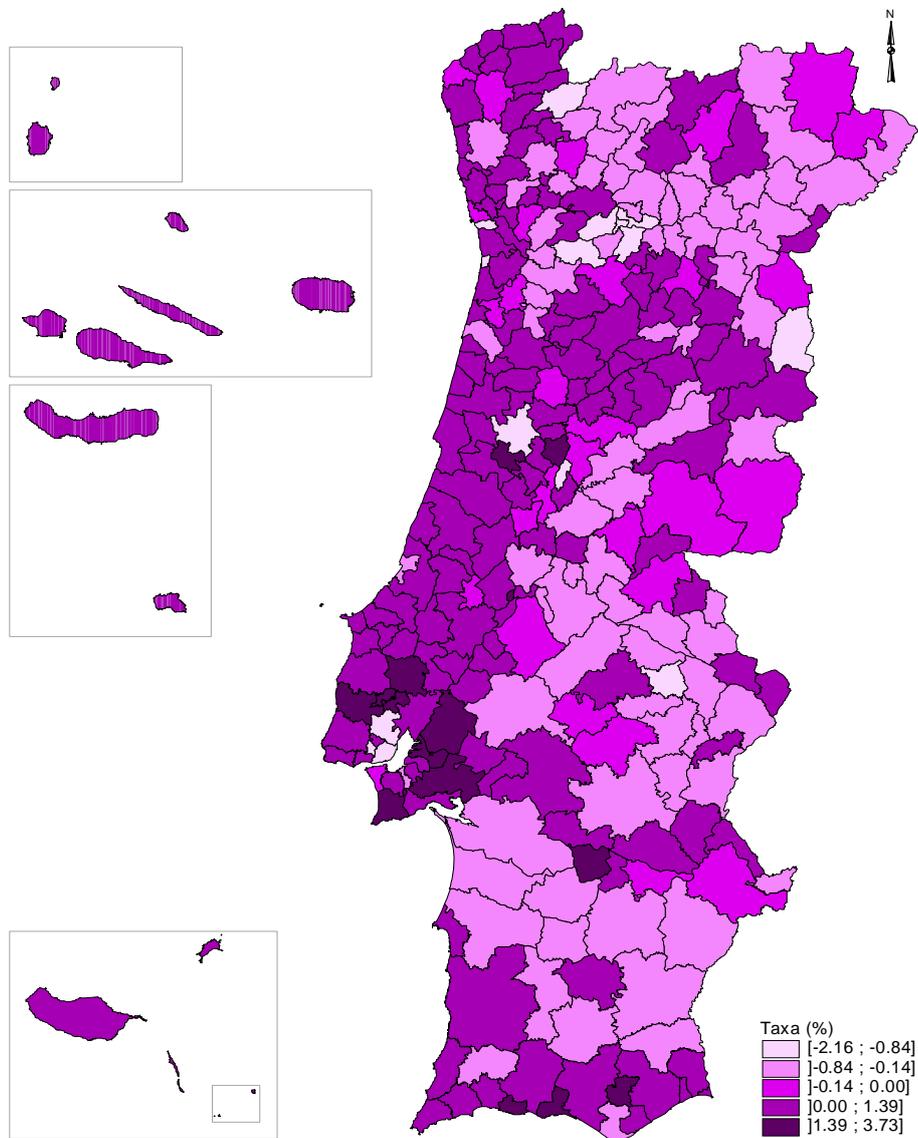


Figura 13

Taxa de crescimento Migratório (%), Portugal, 2009



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que subiu de 48 dependentes em 2001 para 49 em 2009. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 27, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

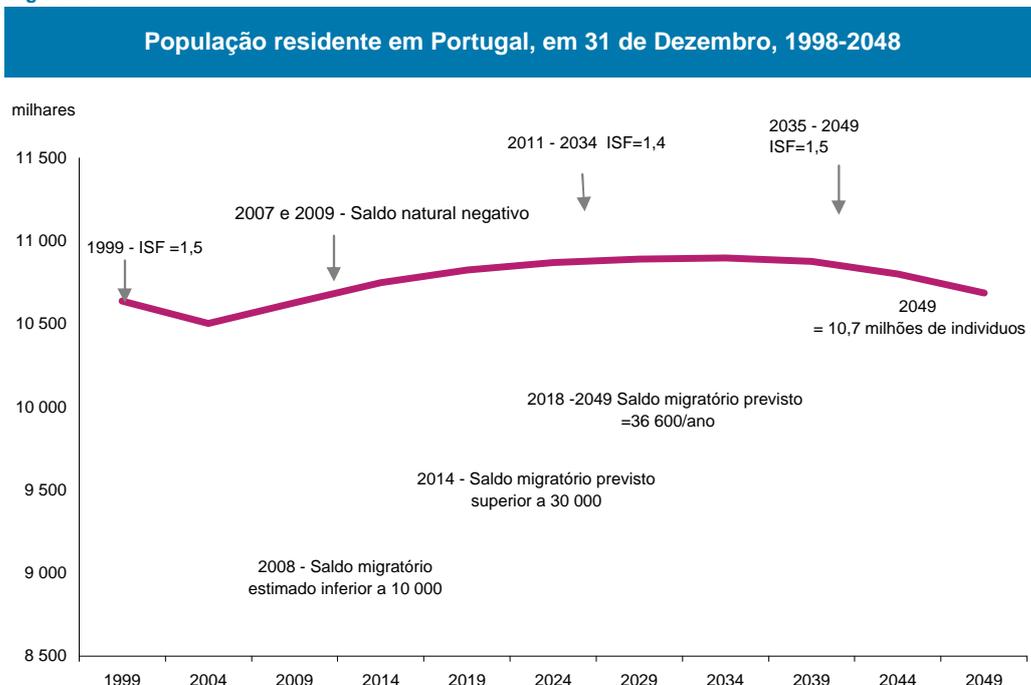
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2009 de 68 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 187 idosos por cada 100 jovens no Alentejo, nível que atinge os 221 nas mulheres. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta a influência das componentes da população nos valores do indicador da taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento migratório e a diversidade das mesmas. As manchas azuis representam os municípios em que os saldos naturais, apesar de fracos são os mais positivos e os saldos migratórios os mais fortes, concentrando-se ambos nas zonas do litoral as quais coincidem com as menos envelhecidas.

As projecções de população residente recentemente calculadas pelo INE, I.P. assentam nas estimativas provisórias da população de 2008 baseadas nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido²⁴.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Figura 14



Fonte: INE, I.P. Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Projecções da População Residente, 2008-2060 (cenário central)

24 INE, I.P. (2009) *Projecções de População Residente – Portugal - 2008 – 2060*.

Prevê-se que a população residente em 31 de Dezembro de 2048 aumente para 10,7 milhões de indivíduos, face à população de partida que se fixava nos 10,6 milhões. Esta evolução, inversa à deduzida das anteriores projecções resulta essencialmente dos níveis migratórios serem sempre superiores a 30 000 superando os 36 000 indivíduos entre 2018 e 2048, pois no campo da fecundidade as hipóteses escolhidas pouco diferem das anteriores e de níveis de esperança de vida mais favoráveis e assentes na recuperação verificada nos anos mais recentes.

De acordo com as hipóteses adoptadas a esperança de vida cresce do momento de partida 75,4 anos para 81,2 nos homens e de 82,0 anos para 87,1 anos nas mulheres.

A revisão das hipóteses adoptadas no cálculo das projecções de população, no campo da mortalidade e, em particular, das migrações retardou o declínio da população e na estrutura da mesma. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,3% e a população idosa aumentará para 31,3% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 240 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,96 criança por mulher a população situar-se-á em 10 148,0 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (29,3%) e o índice fixar-se-á em 190 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

Conclusões

No período de 2001 a 2009, Portugal registou um crescimento continuado da população, segundo um ritmo fraco a tender para zero.

O crescimento da população é determinado quase exclusivamente pelo saldo migratório dado que o saldo natural observado é diminuto, tornando-se mesmo negativo, em média, nos últimos três anos do período analisado. Esta evolução deve-se aos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

A fecundidade mantém-se a níveis muito inferiores aos necessários para renovar as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher, situando-se, em 2009, em 1,3 crianças por mulher, valor idêntico ao estimado para 2007. Os filhos de imigrantes, ganham peso no número anual de nados vivos de mães residentes no país, em particular os de mães residentes em Portugal com nacionalidade brasileira, que ocupam o primeiro lugar na hierarquização dos nados vivos de mães estrangeiras. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta anos é mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de ter recuado substancialmente. Portugal adiou a fecundidade, com a idade média da mulher à maternidade a ultrapassar os trinta anos, mas esta fecundidade não é repostada, depois desta idade, como acontece em alguns países da Europa comunitária.

Observou-se um forte declínio na mortalidade infantil que posiciona o país entre os que têm menores taxas de mortalidade infantil.

A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. A longevidade aumenta e os respectivos efeitos na composição etária da população com o correspondente acréscimo de pessoas idosas.

As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado contribuíram para as alterações na estrutura etária, tendo o número de pessoas idosas ultrapassado o número de jovens. A proporção de pessoas idosas no total da população agravou-se, sendo mais significativa entre as mulheres e a importância relativa dos jovens reduziu-se, começando a delinear-se a perda de posição da população em idade activa. O processo de envelhecimento demográfico continuou, tanto pelo topo como pela base da pirâmide de idades.

A maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, a maior autonomia da mulher, a progressão nas carreiras profissionais, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional, são factores a ponderar na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O prolongamento dos estudos e consequente retardar na entrada no mercado de trabalho, o incremento do desemprego entre os jovens implicam uma dependência das gerações mais novas em relação às mais idosas tornando-se factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter.

A substancial redução do número de casamentos e o forte acréscimo, tanto dos nascimentos com coabitação dos pais, da idade média ao casamento e do número de divórcios evidenciam os novos modelos de família existentes na sociedade portuguesa.

Persiste uma desigual distribuição espacial da população com níveis e intensidade do envelhecimento diferentes. Nenhuma das regiões NUTS II assegura a substituição das actuais gerações de pais.

Portugal continua a ser um país de imigração, embora com fluxos de entrada mais moderados, com países de origem diversificados, permanecendo, no entanto, um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinará o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades da população e na sua repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. No entanto, sabe-se que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacto da fecundidade dos imigrantes na população depende do volume e da respectiva estrutura de idades.

As projecções disponíveis no INE, I.P. apontam para a uma diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem, hipótese que, no momento, não se confirma e de os saldos migratórios continuarem positivos. O envelhecimento demográfico surge, assim, como um fenómeno irreversível resultante sobretudo dos baixos níveis de fecundidade dos quais o país parece não conseguir recuperar.

O envelhecimento demográfico e a imigração permanecem, pois, como os grandes desafios e oportunidades que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais tem de encontrar respostas de modo a garantir a coesão social.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2009) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 46, pp 59-108, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 44, pp 35-80, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2007) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 42, pp 109-147, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2006) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 40, pp 39-76, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2005) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 38, pp 111-140, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 127-151, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos nº 36, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (2002) “Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ? , Presses Universitaires de France, Paris.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- Eurostat (2009) - *Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009*, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Data in Focus – Population and Social Conditions*, 31/2009, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Europe in Figures- Eurostat Yearbook 2009– Population and Social Conditions*, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 81/2008, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 41/2007, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg
- INE (2009), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2008, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa
- INE,I.P.(2009), *Projeções de População Residente - Portugal - 2008 – 2060*. Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), **Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), **Revista de Estudos Demográficos n 33**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE, **Estatísticas Demográficas**, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, **Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001**, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), **Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines**, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (2009), **Crescer e Envelhecer - Constrangimentos do envelhecimento Demográfico**, Editorial Presença, Lisboa

NAZARETH, J. Manuel (1996), **Introdução à Demografia – Teoria e Prática**, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), **Démographie Statistique**, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), **La Population**, Que sais-je ? , 14^a edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Anexo 1

População residente em Portugal, 2001 e 2009, NUTS II (duas geografias)

| NUTS II - Decreto Lei nº46/89 * | População | | Taxa média anual de crescimento (%) |
|---------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------------|
| | 31 .XII. 2001 | 31 .XII. 2009 | |
| Portugal | 10 329 340 | 10 637 713 | 0,37 |
| Continente | 9 851 424 | 10 144 940 | 0,37 |
| Norte | 3 667 529 | 3 745 575 | 0,26 |
| Centro | 1 769 832 | 1 782 640 | 0,09 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 3 499 107 | 3 679 195 | 0,63 |
| Alentejo | 524 023 | 503 507 | -0,50 |
| Algarve | 390 933 | 434 023 | 1,31 |
| Região Autónoma dos Açores | 237 575 | 245 374 | 0,40 |
| Região Autónoma da Madeira | 240 341 | 247 399 | 0,36 |

| NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002 | População | | Taxa média anual de crescimento (%) |
|-----------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------------|
| | 31 .XII. 2001 | 31 .XII. 2009 | |
| Portugal | 10 329 340 | 10 637 713 | 0,37 |
| Continente | 9 851 424 | 10 144 940 | 0,37 |
| Norte | 3 667 529 | 3 745 575 | 0,26 |
| Centro | 2 339 559 | 2 381 068 | 0,22 |
| Lisboa | 2 686 872 | 2 830 867 | 0,65 |
| Alentejo | 766 529 | 753 407 | -0,22 |
| Algarve | 390 933 | 434 023 | 1,31 |
| Região Autónoma dos Açores | 237 575 | 245 374 | 0,40 |
| Região Autónoma da Madeira | 240 341 | 247 399 | 0,36 |

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Anexo 2

| Taxas de Natalidade e de Mortalidade (por mil habitantes), NUTS II, 2009 | | |
|--|--------------------|---------------------|
| NUTS II - Decreto Lei nº46/89 * | Taxa de Natalidade | Taxa de Mortalidade |
| Portugal | 9,4 | 9,8 |
| Continente | 9,3 | 9,8 |
| Norte | 8,7 | 8,5 |
| Centro | 7,8 | 11,3 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 10,6 | 9,6 |
| Alentejo | 8,0 | 14,6 |
| Algarve | 11,1 | 10,9 |
| Região Autónoma dos Açores | 11,4 | 9,9 |
| Região Autónoma da Madeira | 9,6 | 10,7 |

| NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002 | Taxa de Natalidade | Taxa de Mortalidade |
|-----------------------------------|--------------------|---------------------|
| Portugal | 9,4 | 9,8 |
| Continente | 9,3 | 9,8 |
| Norte | 8,7 | 8,5 |
| Centro | 7,9 | 11,2 |
| Lisboa | 11,2 | 9,1 |
| Alentejo | 8,3 | 13,8 |
| Algarve | 11,1 | 10,9 |
| R. A. dos Açores | 11,4 | 9,9 |
| Região Autónoma da Madeira | 9,6 | 10,7 |

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2009 (cálculos das autoras).

Anexo 3

| Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2009 | | | | | | | | | |
|--|-------------------------------|------------|-------|--------|-----------------------|----------|---------|--------------|---------------|
| Idades | Nuts II, Decreto Lei nº46/89* | | | | | | | | |
| | Portugal | Continente | Norte | Centro | Lisboa e Vale do Tejo | Alentejo | Algarve | R. A. Açores | R. A. Madeira |
| 15-19 | 15,53 | 14,90 | 12,88 | 11,61 | 17,97 | 18,09 | 19,67 | 32,07 | 19,12 |
| 20-24 | 43,78 | 43,50 | 38,22 | 32,30 | 52,82 | 43,56 | 69,03 | 60,06 | 35,75 |
| 25-29 | 72,73 | 72,79 | 67,15 | 62,84 | 81,67 | 71,42 | 97,70 | 80,02 | 62,96 |
| 30-34 | 82,48 | 82,96 | 75,78 | 76,90 | 92,01 | 75,66 | 98,91 | 74,74 | 71,92 |
| 35-39 | 41,59 | 41,68 | 36,52 | 35,84 | 49,33 | 38,02 | 48,20 | 36,36 | 42,72 |
| 40-44 | 8,03 | 8,00 | 6,45 | 6,15 | 10,52 | 8,00 | 8,56 | 8,98 | 8,38 |
| 45-49 | 0,46 | 0,46 | 0,33 | 0,42 | 0,62 | 0,40 | 0,59 | 0,57 | 0,41 |
| 15-49 | 38,70 | 38,67 | 34,40 | 33,34 | 44,96 | 37,09 | 49,12 | 43,48 | 35,37 |
| Fecundidade Total | 1,32 | 1,32 | 1,19 | 1,13 | 1,52 | 1,28 | 1,71 | 1,46 | 1,21 |

| Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2009 | | | | | | | | | |
|--|----------------------------------|------------|-------|--------|--------|----------|---------|--------------|---------------|
| Idades | NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002 | | | | | | | | |
| | Portugal | Continente | Norte | Centro | Lisboa | Alentejo | Algarve | R. A. Açores | R. A. Madeira |
| 15-19 | 15,53 | 14,90 | 12,88 | 11,46 | 19,82 | 16,83 | 19,67 | 32,07 | 19,12 |
| 20-24 | 43,78 | 43,50 | 38,22 | 34,37 | 56,04 | 45,03 | 69,03 | 60,06 | 35,75 |
| 25-29 | 72,73 | 72,79 | 67,15 | 65,04 | 84,58 | 72,15 | 97,70 | 80,02 | 62,96 |
| 30-34 | 82,48 | 82,96 | 75,78 | 76,61 | 96,08 | 77,44 | 98,91 | 74,74 | 71,92 |
| 35-39 | 41,59 | 41,68 | 36,52 | 36,25 | 52,28 | 39,43 | 48,20 | 36,36 | 42,72 |
| 40-44 | 8,03 | 8,00 | 6,45 | 6,37 | 11,61 | 7,38 | 8,56 | 8,98 | 8,38 |
| 45-49 | 0,46 | 0,46 | 0,33 | 0,44 | 0,67 | 0,38 | 0,59 | 0,57 | 0,41 |
| 15-49 | 38,70 | 38,67 | 34,40 | 33,95 | 47,39 | 37,77 | 49,12 | 43,48 | 35,37 |
| Fecundidade Total | 1,32 | 1,32 | 1,19 | 1,15 | 1,61 | 1,29 | 1,71 | 1,46 | 1,21 |

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2009 (cálculos das autoras).

Anexo 4

| Idade Média ao Casamento (anos), NUTS II, 2009 | | | | |
|--|--------------------------|----------|-----------------------------|----------|
| Nuts II, Decreto Lei nº46/89* | Indicadores | | | |
| | Idade Média ao Casamento | | Idade Média ao 1º Casamento | |
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Portugal | 33,4 | 30,8 | 30,2 | 28,6 |
| Continente | 33,5 | 30,9 | 30,3 | 28,7 |
| Norte | 31,7 | 29,3 | 29,2 | 27,7 |
| Centro | 32,8 | 30,3 | 30,0 | 28,3 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 35,4 | 32,8 | 31,4 | 30,0 |
| Alentejo | 34,8 | 32,1 | 31,8 | 30,0 |
| Algarve | 35,8 | 32,7 | 32,0 | 29,8 |
| Região Autónoma dos Açores | 30,4 | 27,4 | 27,8 | 25,4 |
| Região Autónoma da Madeira | 33,0 | 30,0 | 29,8 | 28,1 |

| NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002 | Indicadores | | | |
|----------------------------------|--------------------------|----------|-----------------------------|----------|
| | Idade Média ao Casamento | | Idade Média ao 1º Casamento | |
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Portugal | 33,4 | 30,8 | 30,2 | 28,6 |
| Continente | 33,5 | 30,9 | 30,3 | 28,7 |
| Norte | 31,7 | 29,3 | 29,2 | 27,7 |
| Centro | 33,2 | 30,6 | 30,1 | 28,5 |
| Lisboa | 35,8 | 33,2 | 31,7 | 30,3 |
| Alentejo | 34,8 | 31,9 | 31,5 | 29,7 |
| Algarve | 35,8 | 32,7 | 32,0 | 29,8 |
| Região Autónoma dos Açores | 30,4 | 27,4 | 27,8 | 25,4 |
| Região Autónoma da Madeira | 33,0 | 30,0 | 29,8 | 28,1 |

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2009

Anexo 5

| Idade Média à Maternidade (anos), NUTS II, 2009 | | |
|---|------------------------|------------------------|
| Nuts II, Decreto Lei nº46/89* | Indicadores | |
| | Nascimento de um Filho | Nascimento do 1º Filho |
| Portugal | 30,3 | 28,6 |
| Continente | 30,4 | 28,7 |
| Norte | 30,3 | 28,5 |
| Centro | 30,5 | 28,9 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 30,6 | 28,9 |
| Alentejo | 29,9 | 28,0 |
| Algarve | 29,9 | 28,1 |
| Região Autónoma dos Açores | 28,5 | 26,1 |
| Região Autónoma da Madeira | 30,3 | 28,2 |

| NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002 | Indicadores | |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|
| | Nascimento de um Filho | Nascimento do 1º Filho |
| Portugal | 30,3 | 28,6 |
| Continente | 30,4 | 28,7 |
| Norte | 30,3 | 28,5 |
| Centro | 30,4 | 28,8 |
| Lisboa | 30,7 | 29,0 |
| Alentejo | 30,0 | 28,2 |
| Algarve | 29,9 | 28,1 |
| Região Autónoma dos Açores | 28,5 | 26,1 |
| Região Autónoma da Madeira | 30,3 | 28,2 |

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2009

Anexo 6

Taxas de Nupcialidade e de Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2009

| NUTS II - Decreto Lei nº46/89 * | Taxa de Nupcialidade | Taxa de Divorcialidade |
|---------------------------------|----------------------|------------------------|
| Portugal | 3,8 | 2,5 |
| Continente | 3,8 | 2,4 |
| Norte | 4,1 | 2,4 |
| Centro | 3,7 | 2,3 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 3,5 | 2,6 |
| Alentejo | 3,2 | 2,2 |
| Algarve | 3,5 | 2,6 |
| Região Autónoma dos Açores | 4,9 | 3,2 |
| Região Autónoma da Madeira | 4,2 | 2,5 |

| NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002 | Taxa de Nupcialidade | Taxa de Divorcialidade |
|-----------------------------------|----------------------|------------------------|
| Portugal | 3,8 | 2,5 |
| Continente | 3,8 | 2,4 |
| Norte | 4,1 | 2,4 |
| Centro | 3,7 | 2,3 |
| Lisboa | 3,6 | 2,7 |
| Alentejo | 3,2 | 2,3 |
| Algarve | 3,5 | 2,6 |
| Região Autónoma dos Açores | 4,9 | 3,2 |
| Região Autónoma da Madeira | 4,2 | 2,5 |

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Po - dado provisório.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2009 (cálculos das autoras).

